



## EDITAL Nº 012/2025

### JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA OS GABARITOS PRELIMINARES DA PROVA OBJETIVA

O Município de Cariacica, Estado do Espírito Santo, por intermédio do IDESG Instituto de Desenvolvimento Social, Gestão e Tecnologia, responsável pela organização do Concurso Público, **TORNA PÚBLICO**, o julgamento dos recursos **contra questões e gabaritos preliminares das provas objetivas**, em conformidade com o previsto no Edital nº 001/2025 que estabelece as normas para realização do concurso público nº 001/2025.

1. De acordo com o subitem 16.15 do Edital nº 001/2025, não serão aceitos, em nenhuma hipótese, pedidos de revisão de recursos, recursos contra recursos e/ou recursos contra o gabarito definitivo.
2. Conforme o subitem 16.16 do Edital nº 001/2025, a decisão da banca examinadora é soberana e constitui a última instância para apreciação de recursos. Por essa razão, não caberão recursos administrativos adicionais, salvo em casos de erros materiais, nos quais poderá haver manifestação posterior da banca.
3. Nos termos dos subitens 16.9 e 16.13 do Edital nº 001/2025, caso a análise de um recurso resulte na anulação de questão(ões), os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Além disso, se houver alteração no gabarito preliminar de qualquer questão da prova em decorrência de contestações, essa alteração será aplicada a todos os candidatos de todos os cargos cuja prova contenha a referida questão. Essa modificação poderá resultar em ganho ou perda de pontos para os candidatos em relação ao gabarito preliminar.

#### Cargo: FISCAL MUNICIPAL AGROPECUÁRIO

Nº de inscrição	Nome do(a) Candidato(a)
000409	AVIDES ZANOLI CASSIANO
000199	BRENDA BRAVIN PONCHE MARQUES
000094	GABRIELA RIBEIRO SILVEIRA
000354	JESSICA CAETANO STRELOW
000100	KARINA SILVA SANTANA
000185	LUCAS PITTELKOW SILVA

#### Questão nº 11 – RACIOCÍNIO LÓGICO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “B”

**Julgamento:** A questão cita que existe um conjunto W de seis elementos, os quais são:

1º: 6

2º: o dobro de 6: 12

3º: o dobro do 2º, ou seja, dobro de 12: 24

4º: o triplo do 1º, ou seja, triplo de 6: 18

5º: a metade do 4º, ou seja, a metade de 18: 9

6º: o primeiro somado ao segundo, ou seja: 6 mais 12: 18

Assim,  $W = \{6, 12, 24, 18, 9, 18\}$

Também é citado que existe um conjunto T com dois elementos:

1º: o igual a um quarto do terceiro termo de W: um quarto de 24:  $24/4 = 6$

2º: a metade do sexto termo de W: metade de 18: 9

Assim,  $Y = \{6, 9\}$



Cita-se que Y é subtraído de W:  $W - F = \{6, 12, 24, 18, 9, 18\} - \{6, 9\} = \{12, 24, 18, 18\}$

Importante que a questão cita que elementos repetidos devem ser mantidos, ou seja, o conjunto resultante da subtração "W - F" permanece com dois elementos '18'.

Tem-se, então, a análise as assertivas:

I. "O conjunto resultante da operação possui quatro termos, sendo que existem ao menos dois elementos que, quando considerados entre si, um é o dobro do outro." - De fato, o conjunto resultante tem quatro termos, e existe um termo que é dobro de outro, ou seja, 24 é o dobro de 12. **Então, I está correta.**

II. "A menor diferença possível entre dois dos elementos desse conjunto resultante da operação é 6." - Considerando que existem, por exemplo, dois elementos 18, a diferença '18-18' resulta em zero, que já menor do que 6. Zero é um número, não há como se considerar "nulo". A diferença entre os elementos 18 e 18 é zero. **Assim, II está incorreta.**

### Questão nº 22 – INFORMÁTICA BÁSICA

Resultado da análise: **DEFERIDO.**

Alternativa correta: Prova tipo A "Anulada" / Prova tipo B "Anulada" / Prova tipo C "Anulada" / Prova tipo D "Anulada"

**Julgamento:** A questão apresenta problemas nas afirmativas III e IV. A afirmativa III afirma, de forma genérica e equivocada, que os planos do Google One "não são compatíveis" com o armazenamento de documentos confidenciais por entidades públicas, o que não é tecnicamente correto. A compatibilidade com a LGPD depende das condições contratuais e de segurança adotadas, não havendo vedação legal expressa. Já a afirmativa IV generaliza ao sugerir que o uso do Google Drive por órgãos públicos deve se limitar a compartilhamento temporário, descon siderando que, com os requisitos legais atendidos, o uso institucional da nuvem pode ser legítimo. Diante da redação imprecisa da afirmativa III e da inconsistência técnica da afirmativa IV, a questão admite múltiplas interpretações plausíveis, o que fere o princípio da objetividade e compromete a isonomia do certame. Assim, a solução mais justa e tecnicamente correta é a anulação da questão, conforme sustentado de forma sólida nos recursos apresentados.

### Questão nº 30 – INFORMÁTICA BÁSICA

Resultado da análise: **INDEFERIDO.** Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A "A" / Prova tipo B "A" / Prova tipo C "B" / Prova tipo D "C"

**Julgamento:** A alternativa "Pressionar as teclas 'Ctrl + Shift + N' está correta. Este comando é o atalho oficial do navegador Google Chrome para ativar o modo de navegação anônima, conforme descrito na documentação oficial da própria empresa. O ponto central é que a única forma de iniciar a navegação anônima é através da abertura de uma nova janela anônima, e dentro dessa janela, o usuário pode então abrir múltiplas guias anônimas. Portanto, o comando "Ctrl + Shift + N" não abre apenas uma guia, mas abre uma nova janela já no modo anônimo. Essa janela permitirá a abertura de uma ou várias guias anônimas. Ou seja, para se abrir uma (ou várias) guias anônimas, uma das formas possíveis é pressionando as teclas Ctrl + Shift + N."

### Questão nº 32 – LEGISLAÇÃO

Resultado da análise: **INDEFERIDO.** Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A "A" / Prova tipo B "D" / Prova tipo C "C" / Prova tipo D "A"

**Julgamento:** A questão foi elaborada de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta e das Autarquias do Município de Cariacica/ES, conforme Lei Municipal nº 137/2023, que segue o disposto no artigo 126 e seu parágrafo 1º e respectivos incisos. Esse dispositivo estabelece, de forma expressa, que o servidor terá direito a 15 dias corridos de férias quando houver tido de dezesseis a vinte faltas não justificadas durante o período aquisitivo.



### Questão nº 33 – LEGISLAÇÃO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “B”

**Julgamento:** Cumpre esclarecer que o gabarito da questão em referência foi corretamente estabelecido de acordo com o disposto na Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021. O dispositivo legal é claro ao afirmar no art. 1º, § 3º que “o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa”. Dessa forma, a alternativa apontada no gabarito está em plena conformidade com o texto legal e com o entendimento atual consolidado na legislação.

Os argumentos apresentados nos recursos, ao indicarem possibilidade de outras formas de responsabilização, como cível ou criminal, ou ao sugerirem ambiguidade quanto ao dolo e à voluntariedade, não afastam o fato de que a questão trata exclusivamente da responsabilização por improbidade administrativa, nos termos estritos da Lei de Improbidade. O legislador reformou o regime da improbidade administrativa para exigir dolo específico, afastando a configuração da improbidade com base apenas na voluntariedade ou em eventual responsabilidade em outras esferas.

Assim, não há ambiguidade, nem erro material no enunciado ou nas alternativas. O gabarito encontra-se correto e alinhado ao conteúdo previsto no edital, especialmente no tema relativo a princípios fundamentais do direito administrativo e atos de improbidade administrativa.

### Questão nº 37 – LEGISLAÇÃO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “A”

**Julgamento:** O gabarito encontra-se correto e está plenamente alinhado ao disposto no Art. 114 da Lei Orgânica do Município de Cariacica/ES, norma prevista expressamente no conteúdo programático do edital e de conhecimento obrigatório para os candidatos.

De acordo com o Art. 114 da Lei Orgânica, as formas corretas de formalização dos atos mencionados são as seguintes:

- *Permissão de uso de bens e serviços municipais: deve ser formalizada por decreto (Art. 114, I, g).*
- *Criação ou extinção de função gratificada, quando autorizada em lei: deve ser formalizada por decreto (Art. 114, I, b).*
- *Instituição e dissolução de grupos de trabalho: deve ser formalizada por portaria (Art. 114, II, d).*
- *Lotação e relatório dos quadros de pessoal: deve ser formalizada por portaria (Art. 114, II, b).*

Portanto, o enunciado e o gabarito não admitem múltiplas interpretações, tampouco permitem que as ações previstas sejam realizadas por outros instrumentos (como sugerido no recurso). A legislação municipal não prevê a criação e dissolução de grupos de trabalho por decreto, nem admite dupla forma de formalização no caso da permissão de uso de bens e serviços municipais: trata-se de ato privativo de decreto, nos termos expressos da lei local.

O argumento apresentado pelo candidato parte de conceitos gerais de atos administrativos e do uso de fontes externas e genéricas, não vinculadas à Lei Orgânica do Município, que é a norma aplicável ao caso, como previsto no edital.

### Questão nº 38 – LEGISLAÇÃO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “A”

**Julgamento:** A questão em debate foi elaborada com fundamento direto e expresso na Lei Orgânica do Município de Cariacica, a qual estava prevista no conteúdo programático do edital e, portanto, deveria ser integralmente conhecida pelos candidatos. O enunciado da questão faz referência explícita a essa norma como base legal.



No tocante à assertiva que trata da motivação dos atos administrativos, a Lei Orgânica do Município de Cariacica, em seu Art. 108, dispõe de forma clara e objetiva que: “A explicação das razões de fato e de direito será condição de validade dos atos administrativos expedidos pelos órgãos da administração dos poderes municipais, excetuados aqueles cuja motivação a lei reserve à discricionariedade da autoridade administrativa, que, todavia, fica vinculada aos motivos, na hipótese de os enunciar.”

Logo, a assertiva impugnada, ao afirmar que a explicação das razões de fato e de direito é condição de validade incluindo aqueles cuja motivação a lei reserve à discricionariedade da autoridade administrativa, contraria o texto legal. A Lei Orgânica não exige motivação nesses casos, salvo quando o próprio administrador decidir enunciar os motivos, hipótese em que se vincula a eles.

Assim, não há que se falar em ambiguidade, vício de redação ou necessidade de anulação, uma vez que a alternativa incorreta está claramente identificada pela incompatibilidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, norma expressamente prevista no edital e aplicável ao caso.

### Questão nº 41 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “A”

**Julgamento:** O recurso apresentado alega que todas as alternativas estariam incorretas, com base em suposta má interpretação da Lei nº 1.283/1950. No entanto, a análise técnica da legislação aplicável demonstra que a alternativa correta é: “A concessão da fiscalização pelo Ministério da Agricultura isenta o estabelecimento de fiscalização estadual ou municipal”, portanto, o gabarito deve ser mantido. Vejamos:

- **Sobre a alternativa — Correta:** Conforme o art. 6º, parágrafo único da Lei nº 1.283/1950, a concessão da fiscalização pelo Ministério da Agricultura isenta o estabelecimento de fiscalização estadual ou municipal, vedando-se a duplicidade.

Sobre as demais alternativas:

- “A fiscalização municipal pode atuar em conjunto com o Ministério da Agricultura sempre que o estabelecimento realizar comércio municipal e interestadual.” - **Incorreta.** A atuação conjunta entre fiscalização municipal e o Ministério da Agricultura não ocorre quando há comércio interestadual. Neste caso, a competência é exclusivamente federal (SIF).

- “É permitida a fiscalização simultânea por órgãos estaduais e federais, desde que não haja conflito de competência.” - **Incorreta.** A fiscalização simultânea por órgãos estaduais e federais não é permitida, justamente para evitar a duplicidade. A fiscalização é exercida conforme a abrangência da comercialização, e não deve haver sobreposição.

- “A duplicidade de fiscalização é permitida apenas para produtos de origem vegetal adicionados aos de origem animal” - **Incorreta.** A lei trata da fiscalização de produtos de origem animal, e a inclusão de produtos vegetais não altera a competência definida legalmente. A duplicidade não é permitida, independentemente da adição de produtos vegetais.

Portanto, a alternativa C está em conformidade literal com a lei, sendo correta ao afirmar que, uma vez concedida a fiscalização federal (SIF) pelo Ministério da Agricultura, o estabelecimento fica isento de fiscalização estadual ou municipal, evitando duplicidade de competências.

### Questão nº 47 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “A”

**Julgamento:** O recurso foi interposto tempestivamente e analisado pela Banca Examinadora, que se manifesta pelo indeferimento. De acordo com o *Codex Alimentarius* (2023), Ponto Crítico de Controle (PCC) é uma etapa em que uma ou mais medidas de controle são aplicadas para prevenir, eliminar ou reduzir a um nível aceitável um perigo significativo à inocuidade dos alimentos, no contexto de um



sistema APPCC (grifo nosso). Portanto, a alternativa **“Ponto crítico de controle é aquele ponto do processo produtivo em que são aplicadas medidas de monitoramento do processo.”** está **incorreta**, ao afirmar que são aplicadas “medidas de monitoramento” no PCC. O monitoramento é um dos princípios do APPCC, porém distinto das ações de controle efetivamente implementadas nos PCCs, que visam diretamente o controle de perigos, como por exemplo, a contaminação microbiológica em carcaças bovinas. A alternativa **“A forma de registro das informações geradas pelo monitoramento do plano APPCC é um dos princípios do sistema está correta”**, conforme disposto pelo MAPA (2021), ao indicar que o registro das informações oriundas do monitoramento é um dos princípios do sistema APPCC, sendo essencial para a rastreabilidade e verificação da eficácia das medidas implementadas.

#### Questão nº 49 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **DEFERIDO**.

Alternativa correta: Prova tipo A **“Anulada”** / Prova tipo B **“Anulada”** / Prova tipo C **“Anulada”** / Prova tipo D **“Anulada”**

**Julgamento:** A anulação da questão justifica pela imprecisão do enunciado quanto ao fundamento legal da frequência exigida. A pergunta trata da periodicidade da análise oficial microbiológica e físico-química de alimentos e da água de abastecimento, a ser realizada pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM). No entanto, a legislação aplicável (Decreto Municipal nº 111/2023) não estabelece periodicidade fixa para essa análise oficial, prevendo apenas que ela será realizada “sempre que julgado necessário” pelo SIM (art. 89). A única menção expressa a uma frequência, no parágrafo único do art. 61, refere-se à obrigação do estabelecimento em apresentar laudo anual da água, o que configura análise de controle interno, distinta da análise oficial mencionada na questão. Assim, a alternativa considerada correta no gabarito preliminar (Anualmente) baseia-se em um dispositivo que não guarda relação direta com o que foi questionado. Diante disso, constata-se a existência de vício na formulação da questão, por ausência de base normativa clara que respalde objetivamente qualquer das opções apresentadas, motivo pelo qual se requer sua anulação.

#### Questão nº 50 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A **“A”** / Prova tipo B **“B”** / Prova tipo C **“B”** / Prova tipo D **“A”**

**Julgamento:** Após análise do recurso interposto tempestivamente, a banca examinadora manifesta-se pelo indeferimento do pedido, com base nos seguintes fundamentos: O art. 138 § 3º do Decreto nº 9.013/2017, com redação conferida pelo Decreto nº 9.069/2017, dispõe: *“As carcaças dos bovinos e dos equinos, reagentes positivos ou não reagentes a testes diagnósticos para brucelose, que apresentem lesão localizada, podem ser liberadas para consumo em natureza, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.”* Dessa forma, conforme estabelece a legislação vigente, **a carcaça que apresentar lesão localizada pode ser liberada para consumo em natureza, desde que as áreas afetadas sejam removidas e devidamente condenadas**. Assim, o entendimento expresso no recurso não se sustenta à luz da norma citada, razão pela qual o pedido é indeferido.

#### Questão nº 51 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A **“A”** / Prova tipo B **“C”** / Prova tipo C **“A”** / Prova tipo D **“B”**

**Julgamento:** A questão está correta ao apontar a *“Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC)”* como a ferramenta indicada para identificar, avaliar e controlar o risco de contaminação cruzada em frigoríficos, especialmente quando há interação entre carne crua e produtos prontos para consumo, que caracteriza um perigo significativo à inocuidade dos alimentos. O enunciado da questão é claro ao situar o risco no contexto de controle sistemático e crítico de processo (ponto crítico de controle), exigindo ferramenta capaz de avaliar o risco e implantar medidas preventivas direcionadas ao perigo identificado, o que é a essência do APPCC. O PPHO integra o conjunto



de boas práticas e medidas higiênicas de suporte ao sistema APPCC, mas não realiza a avaliação do perigo nem a identificação de pontos críticos de controle, papel exclusivo do APPCC. Portanto, a alternativa indicada está correta e a questão não apresenta erro técnico. O APPCC é a ferramenta apropriada para análise do risco de contaminação cruzada no contexto descrito.

### Questão nº 52 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “C”

**Julgamento:** Após análise dos argumentos apresentados nos recursos, esclarece-se que a questão tem como base o *art. 12 do Decreto Federal nº 9.013/2017*, que dispõe sobre os procedimentos da inspeção e fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal - RISPOA. A base normativa da questão é clara e a eventual existência de norma municipal não altera o gabarito da questão formulada com base em legislação expressa no enunciado.

Vejamos a análise das alternativas apresentadas na questão:

- **“A fiscalização inclui a verificação da água de abastecimento, das condições higiênico-sanitárias das instalações e do funcionamento dos estabelecimentos.” – Correta.** A afirmação está em conformidade com o que diz os incisos II e IX do art. 12 do Decreto Federal nº 9.013/2017.

“**Inciso II:** verificação das condições higiênico-sanitárias das instalações, dos equipamentos e do funcionamento dos estabelecimentos.”

“**Inciso IX:** verificação da água de abastecimento.”

- **“São objeto de verificação os meios de transporte de animais vivos e de produtos de origem animal, ainda que não destinados à alimentação humana.” - INCORRETA.** A afirmação está divergente do que diz o inciso XIII do art. 12 do Decreto Federal nº 9.013/2017.

“**Inciso XIII** - a verificação dos meios de transporte utilizados para os animais vivos e os produtos de origem animal destinados à alimentação humana.”

Sendo assim a afirmação está incorreta uma vez que, a fiscalização não abrange produtos de origem animal não destinados à alimentação humana, portanto em a frase está em desacordo com o Decreto.

- **“A inspeção compreende a análise de produtos em trânsito em portos, aeroportos e postos de fronteira, inclusive nos recintos aduaneiros de exportação.” – Correta.** A afirmação está em conformidade com o que está previsto no inciso XII do art. 12 do Decreto Federal nº 9.013/2017.

“**Inciso XII** - verificação das matérias-primas e dos produtos em trânsito nos portos, nos aeroportos, nos postos de fronteira, nas aduanas especiais e nos recintos especiais de despacho aduaneiro de exportação.”

- **“Entre os procedimentos previstos, está a avaliação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos e a verificação da rotulagem quanto à conformidade com a legislação específica.” – Correta.** A afirmação está em conformidade com o que diz os incisos IV e V do art. 12 do Decreto Federal nº 9.013/2017.

“**Inciso IV** - verificação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos;”

“**Inciso V** - verificação da rotulagem e dos processos tecnológicos dos produtos de origem animal quanto ao atendimento da legislação específica;”

Assim, diante da análise normativa e da literalidade do art. 12 do Decreto nº 9.013/2017, mantém-se o gabarito da questão como sendo a alternativa **“São objeto de verificação os meios de transporte de animais vivos e de produtos de origem animal, ainda que não destinados à alimentação humana”**, por ser a única com conteúdo explicitamente em desacordo com a legislação referida no enunciado.



**Cargo: FISCAL MUNICIPAL AMBIENTAL**

Nº de inscrição	Nome do(a) Candidato(a)
000086	ANA KHAROLINA FURTADO SIQUEIRA
000121	GABRIEL RIBEIRO PEREIRA DOS SANTOS
000003	GABRIEL SANTOS CAMARA GOMES
000081	GIOVANI DRAGO DE SALLES NUNES
000167	THAYANE VENTURIM BERNARDINO

**Questão nº 05 – LÍNGUA PORTUGUESA**

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “A”**

**Julgamento:** Após criteriosa reavaliação da questão e da análise dos recursos apresentados, mantém-se inalterado o gabarito preliminar, uma vez que a alternativa indicada como correta é a única que descreve com precisão a organização lógica do texto proposto, enquanto as demais apresentam leituras parciais, imprecisas ou equivocadas da progressão textual.

A estrutura do texto “Desmatamento na Amazônia sobe 91% em maio de 2025” é clara: 1. Inicia com dados objetivos e atualizados, fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), sobre o crescimento do desmatamento no mês de maio; 2. Desenvolve-se por meio da apresentação e discussão de causas e fatores associados ao problema, como o PL 2159/2021, os efeitos do El Niño, incêndios florestais e mudanças climáticas; 3. Conclui com um recorte espacial e institucional, mencionando os estados mais afetados e as posições de organizações ambientais e representantes do governo. Essa sequência revela uma estrutura expositiva que parte da constatação do fenômeno (dado estatístico atual), avança para sua interpretação e explicação (causas e implicações) e, por fim, apresenta desdobramentos regionais e institucionais. Portanto, a alternativa “Inicia com dados atualizados sobre o desmatamento, desenvolve suas possíveis causas e conclui com recorte espacial e repercussões institucionais” é a única compatível com essa progressão textual, descrevendo-a com fidelidade.

A opção “Começa com uma avaliação crítica do PL 2159/2021, seguida de argumentos favoráveis ao desmatamento e seus benefícios econômicos para diversos estados brasileiros” é incorreta por apresentar conteúdo que não está em nenhum trecho do texto. O texto não desenvolve qualquer argumento favorável ao desmatamento, tampouco menciona benefícios econômicos decorrentes da prática.

A opção “Desenvolve uma análise predominantemente histórica, com foco exclusivo nas variações de desmatamento entre os anos de 2021 e 2025” está incorreta. Embora haja menções pontuais a anos anteriores (como 2021 e 2024), não há desenvolvimento histórico nem foco exclusivo nessa abordagem. Esses dados são meramente comparativos, utilizados para contextualizar o aumento atual do desmatamento, e não constituem o eixo central da organização do texto.

A opção “Parte da análise das causas estruturais do desmatamento para, ao final, apresentar dados estatísticos que ilustram os impactos mais recentes” também está inadequada. Essa alternativa inverte a real progressão do texto, que não se inicia com causas estruturais, mas sim com a apresentação objetiva de dados atuais sobre o desmatamento. As causas — como a aprovação do PL 2159/2021, os efeitos climáticos e os incêndios — são introduzidas posteriormente, como elementos explicativos, e não como ponto de partida da exposição. Além disso, os dados quantitativos não aparecem apenas no final, mas também são retomados ao longo do texto para reforçar os impactos observados. Portanto, essa alternativa descreve uma estrutura que não corresponde à sequência efetiva das ideias desenvolvidas no texto.

Diante do exposto, a alternativa mantida no gabarito reflete com exatidão a organização lógica e a sequência argumentativa do texto, sendo improcedentes os pedidos de anulação ou alteração do gabarito.



### Questão nº 11 – RACIOCÍNIO LÓGICO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “B”

**Julgamento:** A questão cita que existe um conjunto W de seis elementos, os quais são:

1º: 6

2º: o dobro de 6: 12

3º: o dobro do 2º, ou seja, dobro de 12: 24

4º: o triplo do 1º, ou seja, triplo de 6: 18

5º: a metade do 4º, ou seja, a metade de 18: 9

6º: o primeiro somado ao segundo, ou seja: 6 mais 12: 18

Assim,  $W = \{6, 12, 24, 18, 9, 18\}$

Também é citado que existe um conjunto T com dois elementos:

1º: o igual a um quarto do terceiro termo de W: um quarto de 24:  $24/4 = 6$

2º: a metade do sexto termo de W: metade de 18: 9

Assim,  $Y = \{6, 9\}$

Cita-se que Y é subtraído de W:  $W - Y = \{6, 12, 24, 18, 9, 18\} - \{6, 9\} = \{12, 24, 18, 18\}$

Importante que a questão cita que elementos repetidos devem ser mantidos, ou seja, o conjunto resultante da subtração "W - Y" permanece com dois elementos '18'.

Tem-se, então, a análise as assertivas:

I. "O conjunto resultante da operação possui quatro termos, sendo que existem ao menos dois elementos que, quando considerados entre si, um é o dobro do outro." - De fato, o conjunto resultante tem quatro termos, e existe um termo que é dobro de outro, ou seja, 24 é o dobro de 12. **Então, I está correta.**

II. "A menor diferença possível entre dois dos elementos desse conjunto resultante da operação é 6." - Considerando que existem, por exemplo, dois elementos 18, a diferença '18-18' resulta em zero, que já menor do que 6. Zero é um número, não há como se considerar "nulo". A diferença entre os elementos 18 e 18 é zero. **Assim, II está incorreta.**

### Questão nº 12 – RACIOCÍNIO LÓGICO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “B”

**Julgamento:** A questão apresenta duas formas geométricas: *Primeira imagem:* Existe um número identificando um lado (1), sendo que a forma geométrica é o pentágono, que possui cinco lados (5), e o ponto preto está localizado no quinto lado em ordem horária, considerando o lado que tem número 1 como primeiro (5). Assim o código é 1-5-5. *Segunda imagem:* Existe um número identificando um lado (1), sendo que a forma geométrica é o octógono, que possui oito lados (8), e o ponto preto está localizado no quinto lado em ordem horária, considerando o lado que tem número 1 como primeiro (4). Assim o código é 1-8-5.

Por fim, a imagem proposta também tem um número identificando um lado (1), sendo que a forma geométrica é o dodecágono, que possui doze lados (12), e o ponto preto está localizado no sexto lado em ordem horária, considerando o lado que tem número 1 como primeiro (6). Assim o código é 1-12-6.

Não poderia ser anti-horário, por exemplo, visto que, nesse caso, a segunda parte da primeira imagem seria '-2-', e não 5.



### Questão nº 20 – RACIOCÍNIO LÓGICO

Resultado da análise: **DEFERIDO**.

Alternativa correta: Prova tipo A “Anulada” / Prova tipo B “Anulada” / Prova tipo C “Anulada” / Prova tipo D “Anulada”

**Julgamento:** A questão apresenta uma ambiguidade relevante em seu enunciado, que compromete a interpretação objetiva da situação descrita. Ao afirmar que "a loja E está localizada exatamente entre o Norte e o Oeste, a mesma distância de ambas", o texto permite duas interpretações distintas: (i) que a loja E está situada na direção noroeste, ou seja, a igual distância da origem em relação aos eixos Norte (positivo de y) e Oeste (negativo de x), interpretação geométrica com base no plano cartesiano; ou (ii) que a loja E está equidistante dos pontos onde se localizam outras lojas, como a loja A (ao Norte) e a loja D (ao Oeste), o que indicaria uma posição intermediária entre dois pontos fixos, e não entre direções. Essa duplicidade de sentido torna a resolução dependente da interpretação adotada pelo candidato, violando o princípio da objetividade que deve reger as avaliações. Diante disso, a falta de clareza e a ambiguidade do enunciado justificam a anulação da questão.

### Questão nº 25 – INFORMÁTICA BÁSICA

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “C”

**Julgamento:** Apenas 3 dos itens estão corretos, visto que o item III apresenta uma informação falsa. O *Antispyware* é especializado em detectar e remover *spywares* (programas espíões que coletam dados sem consentimento), e não em monitorar invasões diretas de hackers em tempo real. Quem executa a função de impedir acessos externos é o *firewall*, e não o *antispyware*.

O enunciado da questão apresenta-se claro, objetivo e em conformidade com os conceitos amplamente aceitos e consolidados na área de Tecnologia da Informação e Segurança da Informação. A questão avaliada trata de funções e características de diferentes tipos de softwares de segurança, trazendo afirmações compatíveis com definições e atribuições usualmente reconhecidas, conforme fontes oficiais e materiais técnicos de referência.

Não se identificaram ambiguidades, impropriedades técnicas ou formulações que desrespeitem o conteúdo programático previsto no edital. O item que trata especificamente de softwares destinados ao monitoramento e bloqueio de invasões externas apresenta conteúdo compatível com a função do software indicado, distinguindo corretamente suas atribuições no contexto da segurança da informação.

### Questão nº 33 – LEGISLAÇÃO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “D”

**Julgamento:** Cumpre esclarecer que o gabarito da questão em referência foi corretamente estabelecido de acordo com o disposto na Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021. O dispositivo legal é claro ao afirmar no art. 1º, § 3º que “o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa”. Dessa forma, a alternativa apontada no gabarito está em plena conformidade com o texto legal e com o entendimento atual consolidado na legislação.

Os argumentos apresentados nos recursos, ao indicarem possibilidade de outras formas de responsabilização, como cível ou criminal, ou ao sugerirem ambiguidade quanto ao dolo e à voluntariedade, não afastam o fato de que a questão trata exclusivamente da responsabilização por improbidade administrativa, nos termos estritos da Lei de Improbidade. O legislador reformou o regime da improbidade administrativa para exigir dolo específico, afastando a configuração da improbidade com base apenas na voluntariedade ou em eventual responsabilidade em outras esferas.



Assim, não há ambiguidade, nem erro material no enunciado ou nas alternativas. O gabarito encontra-se correto e alinhado ao conteúdo previsto no edital, especialmente no tema relativo a princípios fundamentais do direito administrativo e atos de improbidade administrativa.

### Questão nº 35 – LEGISLAÇÃO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “D”

**Julgamento:** A alternativa apontada como correta pela banca encontra respaldo direto no Art. 116, § 6º, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Cariacica/ES, o qual dispõe, de forma clara e objetiva, que os agentes públicos observarão o prazo de quinze dias para a expedição de certidões. O texto legal não apresenta qualquer ambiguidade quanto ao caráter desse prazo, que é o limite máximo para o cumprimento do dever administrativo, sendo prática comum na redação de normas administrativas a fixação de prazos máximos sem necessidade de expressar novamente tal qualificação.

Quanto ao argumento de que outras legislações (como a Lei nº 9.784/1999 ou a Lei de Acesso à Informação) trariam prazos ou regras complementares, reforça-se que a questão se referiu expressamente ao conteúdo da Lei Orgânica do Município de Cariacica, conforme previsto no edital e na própria formulação do enunciado.

### Questão nº 36 – LEGISLAÇÃO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “A”

**Julgamento:** O gabarito preliminar permanece correto e devidamente fundamentado no conteúdo previsto no edital e na Lei Orgânica do Município de Cariacica/ES, especificamente no art. 119, que disciplina as peças integrantes do processo administrativo, constatando-se claramente que as assertivas II, III e IV estão corretas, e a I está incorreta, por isso, a resposta ser apenas 3 deles.

Embora o enunciado da questão não tenha mencionado expressamente a fonte normativa, a Lei Orgânica Municipal esteve claramente prevista no conteúdo programático do edital, cabendo ao candidato o conhecimento das normas locais aplicáveis ao tema do processo administrativo no âmbito do município. Não há, portanto, qualquer vício no enunciado da questão que justifique alegação de ambiguidade ou de falta de objetividade, tampouco há afronta ao princípio da vinculação ao edital, à segurança jurídica ou à isonomia entre os candidatos.

### Cargo: FISCAL MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Nº de inscrição	Nome do(a) Candidato(a)
000095	ANTONIO HERCULANO FALCAO SOARES
000122	CHRISTIANO DE SOUSA RODRIGUES
000390	CRISTIANE MARQUES RODRIGUES
000401	ERICK MIRANDA CARNEIRO
000212	FLÁVIO VINICIUS DA PURIFICAÇÃO MACHADO VIANA
000049	INDAIANE FERREIRA NASCIMENTO
000442	MARIANA SOARES DE REZENDE

### Questão nº 05 – LÍNGUA PORTUGUESA

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “B”



**Julgamento:** Após criteriosa reavaliação da questão e da análise dos recursos apresentados, mantém-se inalterado o gabarito preliminar, uma vez que a alternativa indicada como correta é a única que descreve com precisão a organização lógica do texto proposto, enquanto as demais apresentam leituras parciais, imprecisas ou equivocadas da progressão textual.

A estrutura do texto “Desmatamento na Amazônia sobe 91% em maio de 2025” é clara: 1. Inicia com dados objetivos e atualizados, fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), sobre o crescimento do desmatamento no mês de maio; 2. Desenvolve-se por meio da apresentação e discussão de causas e fatores associados ao problema, como o PL 2159/2021, os efeitos do El Niño, incêndios florestais e mudanças climáticas; 3. Conclui com um recorte espacial e institucional, mencionando os estados mais afetados e as posições de organizações ambientais e representantes do governo. Essa sequência revela uma estrutura expositiva que parte da constatação do fenômeno (dado estatístico atual), avança para sua interpretação e explicação (causas e implicações) e, por fim, apresenta desdobramentos regionais e institucionais. Portanto, a alternativa “Inicia com dados atualizados sobre o desmatamento, desenvolve suas possíveis causas e conclui com recorte espacial e repercussões institucionais” é a única compatível com essa progressão textual, descrevendo-a com fidelidade.

A opção “Começa com uma avaliação crítica do PL 2159/2021, seguida de argumentos favoráveis ao desmatamento e seus benefícios econômicos para diversos estados brasileiros” é incorreta por apresentar conteúdo que não está em nenhum trecho do texto. O texto não desenvolve qualquer argumento favorável ao desmatamento, tampouco menciona benefícios econômicos decorrentes da prática.

A opção “Desenvolve uma análise predominantemente histórica, com foco exclusivo nas variações de desmatamento entre os anos de 2021 e 2025” está incorreta. Embora haja menções pontuais a anos anteriores (como 2021 e 2024), não há desenvolvimento histórico nem foco exclusivo nessa abordagem. Esses dados são meramente comparativos, utilizados para contextualizar o aumento atual do desmatamento, e não constituem o eixo central da organização do texto.

A opção “Parte da análise das causas estruturais do desmatamento para, ao final, apresentar dados estatísticos que ilustram os impactos mais recentes” também está inadequada. Essa alternativa inverte a real progressão do texto, que não se inicia com causas estruturais, mas sim com a apresentação objetiva de dados atuais sobre o desmatamento. As causas — como a aprovação do PL 2159/2021, os efeitos climáticos e os incêndios — são introduzidas posteriormente, como elementos explicativos, e não como ponto de partida da exposição. Além disso, os dados quantitativos não aparecem apenas no final, mas também são retomados ao longo do texto para reforçar os impactos observados. Portanto, essa alternativa descreve uma estrutura que não corresponde à sequência efetiva das ideias desenvolvidas no texto.

Diante do exposto, a alternativa mantida no gabarito reflete com exatidão a organização lógica e a sequência argumentativa do texto, sendo improcedentes os pedidos de anulação ou alteração do gabarito.

## Questão nº 06 – LÍNGUA PORTUGUESA

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “C”**

**Julgamento:** Após análise criteriosa dos recursos apresentados, reafirma-se a correção do gabarito preliminar, que aponta a locução “uma vez que” como expressão que estabelece uma relação causal no enunciado. A locução conjuntiva “uma vez que” é, conforme a norma culta da língua portuguesa e gramáticas consolidadas, uma conjunção causal, usada para indicar causa ou motivo. No contexto da frase apresentada — “a aprovação do PL 2159/2021 do Licenciamento Ambiental, também chamado popularmente de PL do Desmatamento, é muito grave, uma vez que não leva em consideração a crise climática” — fica evidente que a oração introduzida pela locução justifica a gravidade da aprovação, isto é, estabelece uma relação de causa clara e objetiva.



Importante destacar que, gramaticalmente, “uma vez que” não funciona como conjunção adversativa ou concessiva, categorias que expressam oposição ou contraste. Para que uma conjunção indique oposição, como “mas”, “porém” ou “entretanto”, há necessidade de termos elementos explícitos que expressem esse contraste, o que não ocorre na frase em questão. A locução “uma vez que” não possui essa função semântica e nem pode ser substituída por conjunções que expressem oposição sem comprometer o sentido original.

Além disso, a presença da expressão “também chamado popularmente de PL do Desmatamento” constitui uma explicação adicional e não modifica a relação lógica entre as orações. Essa expressão reforça a crítica e serve como contexto para a afirmação da gravidade, confirmando a relação causal e não um contraste ou oposição entre as ideias.

Dessa forma, não há fundamentação gramatical ou contextual para admitir a interpretação da locução “uma vez que” como conjunção que marque oposição no trecho analisado. A alegação de ambiguidade nesse sentido não se sustenta diante da função normativa e semântica da expressão, que é claramente causal.

Portanto, a solicitação de anulação ou reformulação da questão deve ser indeferida, pois a interpretação correta da locução é única e compatível com o uso formal e acadêmico da língua portuguesa, conforme evidenciado.

### Questão nº 07 – LÍNGUA PORTUGUESA

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “C”**

**Julgamento:** Após criteriosa análise dos recursos interpostos, a banca examinadora mantém o gabarito preliminar da questão que trata da classificação gramatical do vocábulo “apenas” na frase: “O resultado ficou abaixo apenas do recorde de 1.390 km<sup>2</sup>, registrado em maio de 2021.”. Conforme amplamente reconhecido pelas gramáticas normativas da língua portuguesa, o vocábulo “apenas”, no contexto apresentado, atua de forma clara como advérbio de exclusão, com sentido equivalente a “somente”. Nesse uso, modifica o termo “do recorde”, restringindo o alcance da comparação feita na oração. Trata-se, portanto, de um uso inequívoco e sem margem para ambiguidade quanto à sua classificação gramatical.

Embora seja verdade que, em outros contextos da língua, “apenas” possa funcionar como conjunção temporal, essa possibilidade está completamente afastada no contexto apresentado pela questão, em que não há nenhuma estrutura sintática que introduza oração subordinada temporal nem que permita tal interpretação. A frase em questão contém uma oração simples, de natureza afirmativa e comparativa, e não há qualquer marca de subordinação temporal que sustente outra leitura.

Para fins de contraste, vejamos um exemplo em que “apenas” de fato atua como conjunção temporal: “A criança começou a chorar apenas a mãe saiu de perto.” Nesse caso, “apenas” equivale a “assim que” ou “logo que” e atua como conjunção temporal. Não é esse, no entanto, o caso da frase analisada na questão, cuja estrutura e sentido são completamente distintos.

Os recursos apresentados buscam fundamentar sua tese na polissemia da palavra “apenas”, desconsiderando que a questão forneceu um contexto claro, suficiente e específico, e que a análise da classe gramatical deve ser feita com base no uso do termo na frase apresentada, não em outros contextos possíveis da língua.

Ademais, é incorreto afirmar que o enunciado da questão é genérico ou omissivo. O comando é objetivo ao apresentar a frase e solicitar a identificação da classe gramatical da palavra “apenas” naquele contexto específico. A própria formulação da questão e a presença da frase em análise exigem que o candidato avalie o emprego da palavra dentro daquele enunciado, como é padrão em provas de língua portuguesa. Ressalta-se também que não há ambiguidade linguística nem obscuridade textual na questão que justifique anulação. Não se trata de vocábulo descontextualizado ou de frase mal formulada, mas de enunciado completo, gramaticalmente coerente, e cujo termo em questão possui função gramatical única e inequívoca dentro dele.

Portanto, os recursos apresentados não procedem e devem ser indeferidos integralmente. O gabarito permanece correto conforme os fundamentos gramaticais consolidados da língua portuguesa.



### Questão nº 11 – RACIOCÍNIO LÓGICO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “C”

**Julgamento:** A questão cita que existe um conjunto W de seis elementos, os quais são:

1º: 6

2º: o dobro de 6: 12

3º: o dobro do 2º, ou seja, dobro de 12: 24

4º: o triplo do 1º, ou seja, triplo de 6: 18

5º: a metade do 4º, ou seja, a metade de 18: 9

6º: o primeiro somado ao segundo, ou seja: 6 mais 12: 18

Assim,  $W = \{6, 12, 24, 18, 9, 18\}$

Também é citado que existe um conjunto T com dois elementos:

1º: o igual a um quarto do terceiro termo de W: um quarto de 24:  $24/4 = 6$

2º: a metade do sexto termo de W: metade de 18: 9

Assim,  $Y = \{6, 9\}$

Cita-se que Y é subtraído de W:  $W - Y = \{6, 12, 24, 18, 9, 18\} - \{6, 9\} = \{12, 24, 18, 18\}$

Importante que a questão cita que elementos repetidos devem ser mantidos, ou seja, o conjunto resultante da subtração "W - Y" permanece com dois elementos '18'.

*Tem-se, então, a análise as assertivas:*

I. "O conjunto resultante da operação possui quatro termos, sendo que existem ao menos dois elementos que, quando considerados entre si, um é o dobro do outro." - De fato, o conjunto resultante tem quatro termos, e existe um termo que é dobro de outro, ou seja, 24 é o dobro de 12. **Então, I está correta.**

II. "A menor diferença possível entre dois dos elementos desse conjunto resultante da operação é 6." - Considerando que existem, por exemplo, dois elementos 18, a diferença '18-18' resulta em zero, que já menor do que 6. Zero é um número, não há como se considerar "nulo". A diferença entre os elementos 18 e 18 é zero. **Assim, II está incorreta.**

### Questão nº 12 – RACIOCÍNIO LÓGICO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “C”

**Julgamento:** A questão apresenta duas formas geométricas:

Primeira imagem: Existe um número identificando um lado (1), sendo que a forma geométrica é o pentágono, que possui cinco lados (5), e o ponto preto está localizado no quinto lado em ordem horária, considerando o lado que tem número 1 como primeiro (5). Assim o código é 1-5-5.

Segunda imagem: Existe um número identificando um lado (1), sendo que a forma geométrica é o octógono, que possui oito lados (8), e o ponto preto está localizado no quinto lado em ordem horária, considerando o lado que tem número 1 como primeiro (4). Assim o código é 1-8-5.

Por fim, a imagem proposta também tem um número identificando um lado (1), sendo que a forma geométrica é o dodecágono, que possui doze lados (12), e o ponto preto está localizado no sexto lado em ordem horária, considerando o lado que tem número 1 como primeiro (6). Assim o código é 1-12-6.

Não poderia ser anti-horário, por exemplo, visto que, nesse caso, a segunda parte da primeira imagem seria '-2-', e não 5.



### Questão nº 13 – RACIOCÍNIO LÓGICO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “C”**

**Julgamento:** Após análise do recurso interposto, esclarecemos que a prova do certame foi elaborada em quatro versões distintas (tipos A, B, C e D), com o mesmo conteúdo programático e os mesmos enunciados em todas as questões, inclusive na disciplina de Raciocínio Lógico e Matemático. No entanto, a ordem das alternativas foi randomicamente embaralhada em cada tipo de prova, justamente como medida de segurança e para garantir a individualização dos cadernos. Dessa forma, embora o texto da alternativa correta (por exemplo, “717 gramas”) permaneça idêntico em todos os cadernos, a letra correspondente (A, B, C ou D) em que essa resposta aparece pode variar de um tipo de prova para outro. Esse procedimento foi adotado não apenas nas questões de Raciocínio Lógico, mas em todas as disciplinas da prova objetiva, e foi rigorosamente controlado na geração dos gabaritos oficiais de cada tipo de prova. Assim, ao contrário do que se afirma no recurso, não há multiplicidade de respostas corretas, tampouco vício no gabarito. O que ocorre é a variação da posição (letra) da alternativa correta, sem alteração no seu conteúdo, em função do sorteio aleatório das alternativas entre os cadernos. Diante disso, não se verifica qualquer erro material ou afronta ao princípio da isonomia entre candidatos, motivo pelo qual o recurso não pode ser acolhido.

### Questão nº 14 – RACIOCÍNIO LÓGICO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “A”**

**Julgamento:** Após análise do recurso interposto, esclarecemos que a prova do certame foi elaborada em quatro versões distintas (tipos A, B, C e D), com o mesmo conteúdo programático e os mesmos enunciados em todas as questões, inclusive na disciplina de Raciocínio Lógico e Matemático. No entanto, a ordem das alternativas foi randomicamente embaralhada em cada tipo de prova, justamente como medida de segurança e para garantir a individualização dos cadernos. Dessa forma, embora o texto da alternativa correta permaneça idêntico em todos os cadernos, a letra correspondente (A, B, C ou D) em que essa resposta aparece pode variar de um tipo de prova para outro. Esse procedimento foi adotado não apenas nas questões de Raciocínio Lógico, mas em todas as disciplinas da prova objetiva, e foi rigorosamente controlado na geração dos gabaritos oficiais de cada tipo de prova. Assim, ao contrário do que se afirma no recurso, não há multiplicidade de respostas corretas, tampouco vício no gabarito. O que ocorre é a variação da posição (letra) da alternativa correta, sem alteração no seu conteúdo, em função do sorteio aleatório das alternativas entre os cadernos. Diante disso, não se verifica qualquer erro material ou afronta ao princípio da isonomia entre candidatos, motivo pelo qual o recurso não pode ser acolhido.

### Questão nº 15 – RACIOCÍNIO LÓGICO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** Após análise do recurso interposto, esclarecemos que a prova do certame foi elaborada em quatro versões distintas (tipos A, B, C e D), com o mesmo conteúdo programático e os mesmos enunciados em todas as questões, inclusive na disciplina de Raciocínio Lógico e Matemático. No entanto, a ordem das alternativas foi randomicamente embaralhada em cada tipo de prova, justamente como medida de segurança e para garantir a individualização dos cadernos. Dessa forma, embora o texto da alternativa correta permaneça idêntico em todos os cadernos, a letra correspondente (A, B, C ou D) em que essa resposta aparece pode variar de um tipo de prova para outro. Esse procedimento foi adotado não apenas nas questões de Raciocínio Lógico, mas em todas as disciplinas da prova objetiva, e foi rigorosamente controlado na geração dos gabaritos oficiais de cada tipo de prova. Assim, ao contrário do que se afirma no recurso, não há multiplicidade de respostas corretas, tampouco vício no gabarito. O que ocorre é a variação da posição (letra) da alternativa



correta, sem alteração no seu conteúdo, em função do sorteio aleatório das alternativas entre os cadernos. Diante disso, não se verifica qualquer erro material ou afronta ao princípio da isonomia entre candidatos, motivo pelo qual o recurso não pode ser acolhido.

#### Questão nº 16 – RACIOCÍNIO LÓGICO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “A”**

**Julgamento:** Após análise do recurso interposto, esclarecemos que a prova do certame foi elaborada em quatro versões distintas (tipos A, B, C e D), com o mesmo conteúdo programático e os mesmos enunciados em todas as questões, inclusive na disciplina de Raciocínio Lógico e Matemático. No entanto, a ordem das alternativas foi randomicamente embaralhada em cada tipo de prova, justamente como medida de segurança e para garantir a individualização dos cadernos. Dessa forma, embora o texto da alternativa correta permaneça idêntico em todos os cadernos, a letra correspondente (A, B, C ou D) em que essa resposta aparece pode variar de um tipo de prova para outro. Esse procedimento foi adotado não apenas nas questões de Raciocínio Lógico, mas em todas as disciplinas da prova objetiva, e foi rigorosamente controlado na geração dos gabaritos oficiais de cada tipo de prova. Assim, ao contrário do que se afirma no recurso, não há multiplicidade de respostas corretas, tampouco vício no gabarito. O que ocorre é a variação da posição (letra) da alternativa correta, sem alteração no seu conteúdo, em função do sorteio aleatório das alternativas entre os cadernos. Diante disso, não se verifica qualquer erro material ou afronta ao princípio da isonomia entre candidatos, motivo pelo qual o recurso não pode ser acolhido.

#### Questão nº 17 – RACIOCÍNIO LÓGICO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** Após análise do recurso interposto, esclarecemos que a prova do certame foi elaborada em quatro versões distintas (tipos A, B, C e D), com o mesmo conteúdo programático e os mesmos enunciados em todas as questões, inclusive na disciplina de Raciocínio Lógico e Matemático. No entanto, a ordem das alternativas foi randomicamente embaralhada em cada tipo de prova, justamente como medida de segurança e para garantir a individualização dos cadernos. Dessa forma, embora o texto da alternativa correta permaneça idêntico em todos os cadernos, a letra correspondente (A, B, C ou D) em que essa resposta aparece pode variar de um tipo de prova para outro. Esse procedimento foi adotado não apenas nas questões de Raciocínio Lógico, mas em todas as disciplinas da prova objetiva, e foi rigorosamente controlado na geração dos gabaritos oficiais de cada tipo de prova. Assim, ao contrário do que se afirma no recurso, não há multiplicidade de respostas corretas, tampouco vício no gabarito. O que ocorre é a variação da posição (letra) da alternativa correta, sem alteração no seu conteúdo, em função do sorteio aleatório das alternativas entre os cadernos. Diante disso, não se verifica qualquer erro material ou afronta ao princípio da isonomia entre candidatos, motivo pelo qual o recurso não pode ser acolhido.

#### Questão nº 18 – RACIOCÍNIO LÓGICO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** Após análise do recurso interposto, esclarecemos que a prova do certame foi elaborada em quatro versões distintas (tipos A, B, C e D), com o mesmo conteúdo programático e os mesmos enunciados em todas as questões, inclusive na disciplina de Raciocínio Lógico e Matemático. No entanto, a ordem das alternativas foi randomicamente embaralhada em cada tipo de prova, justamente como medida de segurança e para garantir a individualização dos cadernos. Dessa forma, embora o texto da alternativa correta permaneça idêntico em todos os cadernos, a letra correspondente (A, B, C ou D) em que essa resposta aparece pode variar de um tipo de prova para outro. Esse procedimento foi adotado não apenas nas questões de Raciocínio Lógico, mas em todas as disciplinas da prova objetiva,



e foi rigorosamente controlado na geração dos gabaritos oficiais de cada tipo de prova. Assim, ao contrário do que se afirma no recurso, não há multiplicidade de respostas corretas, tampouco vício no gabarito. O que ocorre é a variação da posição (letra) da alternativa correta, sem alteração no seu conteúdo, em função do sorteio aleatório das alternativas entre os cadernos. Diante disso, não se verifica qualquer erro material ou afronta ao princípio da isonomia entre candidatos, motivo pelo qual o recurso não pode ser acolhido.

### Questão nº 19 – RACIOCÍNIO LÓGICO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “C”**

**Julgamento:** Após análise do recurso interposto, esclarecemos que a prova do certame foi elaborada em quatro versões distintas (tipos A, B, C e D), com o mesmo conteúdo programático e os mesmos enunciados em todas as questões, inclusive na disciplina de Raciocínio Lógico e Matemático. No entanto, a ordem das alternativas foi randomicamente embaralhada em cada tipo de prova, justamente como medida de segurança e para garantir a individualização dos cadernos. Dessa forma, embora o texto da alternativa correta permaneça idêntico em todos os cadernos, a letra correspondente (A, B, C ou D) em que essa resposta aparece pode variar de um tipo de prova para outro. Esse procedimento foi adotado não apenas nas questões de Raciocínio Lógico, mas em todas as disciplinas da prova objetiva, e foi rigorosamente controlado na geração dos gabaritos oficiais de cada tipo de prova. Assim, ao contrário do que se afirma no recurso, não há multiplicidade de respostas corretas, tampouco vício no gabarito. O que ocorre é a variação da posição (letra) da alternativa correta, sem alteração no seu conteúdo, em função do sorteio aleatório das alternativas entre os cadernos. Diante disso, não se verifica qualquer erro material ou afronta ao princípio da isonomia entre candidatos, motivo pelo qual o recurso não pode ser acolhido.

### Questão nº 20 – RACIOCÍNIO LÓGICO

**Resultado da análise: DEFERIDO.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “Anulada” / Prova tipo B “Anulada” / Prova tipo C “Anulada” / Prova tipo D “Anulada”**

**Julgamento:** A questão apresenta uma ambiguidade relevante em seu enunciado, que compromete a interpretação objetiva da situação descrita. Ao afirmar que "a loja E está localizada exatamente entre o Norte e o Oeste, a mesma distância de ambas", o texto permite duas interpretações distintas: (i) que a loja E está situada na direção noroeste, ou seja, a igual distância da origem em relação aos eixos Norte (positivo de y) e Oeste (negativo de x), interpretação geométrica com base no plano cartesiano; ou (ii) que a loja E está equidistante dos pontos onde se localizam outras lojas, como a loja A (ao Norte) e a loja D (ao Oeste), o que indicaria uma posição intermediária entre dois pontos fixos, e não entre direções. Essa duplicidade de sentido torna a resolução dependente da interpretação adotada pelo candidato, violando o princípio da objetividade que deve reger as avaliações. Diante disso, a falta de clareza e a ambiguidade do enunciado justificam a anulação da questão.

### Questão nº 22 – INFORMÁTICA BÁSICA

**Resultado da análise: DEFERIDO.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “Anulada” / Prova tipo B “Anulada” / Prova tipo C “Anulada” / Prova tipo D “Anulada”**

**Julgamento:** A questão apresenta problemas nas afirmativas III e IV. A afirmativa III afirma, de forma genérica e equivocada, que os planos do Google One “não são compatíveis” com o armazenamento de documentos confidenciais por entidades públicas, o que não é tecnicamente correto. A compatibilidade com a LGPD depende das condições contratuais e de segurança adotadas, não havendo vedação legal expressa. Já a afirmativa IV generaliza ao sugerir que o uso do Google Drive por órgãos públicos deve se limitar a compartilhamento temporário, desconsiderando que, com os requisitos legais atendidos, o uso institucional da nuvem pode ser legítimo. Diante da redação imprecisa da afirmativa III e da inconsistência técnica da afirmativa IV, a questão admite múltiplas interpretações



plausíveis, o que fere o princípio da objetividade e compromete a isonomia do certame. Assim, a solução mais justa e tecnicamente correta é a anulação da questão, conforme sustentado de forma sólida nos recursos apresentados.

### Questão nº 32 – LEGISLAÇÃO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** A questão foi elaborada de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta e das Autarquias do Município de Cariacica/ES, conforme Lei Municipal nº 137/2023, que segue o disposto no artigo 126 e seu parágrafo 1º e respectivos incisos. Esse dispositivo estabelece, de forma expressa, que o servidor terá direito a 15 dias corridos de férias quando houver tido de dezesseis a vinte faltas não justificadas durante o período aquisitivo.

### Questão nº 36 – LEGISLAÇÃO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** O gabarito preliminar permanece correto e devidamente fundamentado no conteúdo previsto no edital e na Lei Orgânica do Município de Cariacica/ES, especificamente no art. 119, que disciplina as peças integrantes do processo administrativo, constatando-se claramente que as assertivas II, III e IV estão corretas, e a I está incorreta, por isso, a resposta ser “*apenas 3 deles*”.

Embora o enunciado da questão não tenha mencionado expressamente a fonte normativa, a Lei Orgânica Municipal esteve claramente prevista no conteúdo programático do edital, cabendo ao candidato o conhecimento das normas locais aplicáveis ao tema do processo administrativo no âmbito do município. Não há, portanto, qualquer vício no enunciado da questão que justifique alegação de ambiguidade ou de falta de objetividade, tampouco há afronta ao princípio da vinculação ao edital, à segurança jurídica ou à isonomia entre os candidatos.

### Questão nº 56 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “C”**

**Julgamento:** A questão está correta em sua formulação e resposta indicada, versando sobre os direitos básicos do consumidor previstos no artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, disposto pela Lei nº 8.078/90 e suas atualizações.

Nesse sentido, em relação as alternativas apresentadas na questão, temos que:

- “A preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito” trata-se de uma literalidade do inciso XII, portanto, correta.
- “A educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, ressalvadas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações”, trata-se de uma redação modificada do inciso II, ao trocar “asseguradas” por “ressalvadas”, sendo, portanto, a exceção solicitada na questão.
- “A proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos” trata-se de uma literalidade do inciso I, portanto, correta.
- “A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas” trata-se de uma literalidade do inciso V.

Nestes termos, apenas a alternativa indicada pelo gabarito corresponde à exceção solicitada na questão, nos termos da redação atualizada e vigente do Código de Defesa do Consumidor, disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm).



**Cargo: FISCAL MUNICIPAL DE OBRAS**

Nº de inscrição	Nome do(a) Candidato(a)
000091	AMANDA MAGALHÃES FERREIRA
000370	ANA CAROLINA DA CUNHA PINHO
000292	CARLOS HENRIQUE GABRIEL MAGNAGO
000396	HENRIQUE HERRANZ LUCAS
000056	MEIRIELLE BRAZ MATOS
000101	NATHALIA OLIVEIRA DE SOUZA FREIRE
000018	SARA ANTUNES FANTIN DE OLIVEIRA
000293	SIDNEY AUGUSTO MENDES JÚNIOR

**Questão nº 05 – LÍNGUA PORTUGUESA**

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** Após criteriosa reavaliação da questão e da análise dos recursos apresentados, mantém-se inalterado o gabarito preliminar, uma vez que a alternativa indicada como correta é a única que descreve com precisão a organização lógica do texto proposto, enquanto as demais apresentam leituras parciais, imprecisas ou equivocadas da progressão textual.

A estrutura do texto “Desmatamento na Amazônia sobe 91% em maio de 2025” é clara: 1. Inicia com dados objetivos e atualizados, fornecidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), sobre o crescimento do desmatamento no mês de maio; 2. Desenvolve-se por meio da apresentação e discussão de causas e fatores associados ao problema, como o PL 2159/2021, os efeitos do El Niño, incêndios florestais e mudanças climáticas; 3. Conclui com um recorte espacial e institucional, mencionando os estados mais afetados e as posições de organizações ambientais e representantes do governo. Essa sequência revela uma estrutura expositiva que parte da constatação do fenômeno (dado estatístico atual), avança para sua interpretação e explicação (causas e implicações) e, por fim, apresenta desdobramentos regionais e institucionais. Portanto, a alternativa “Inicia com dados atualizados sobre o desmatamento, desenvolve suas possíveis causas e conclui com recorte espacial e repercussões institucionais” é a única compatível com essa progressão textual, descrevendo-a com fidelidade.

A opção “Começa com uma avaliação crítica do PL 2159/2021, seguida de argumentos favoráveis ao desmatamento e seus benefícios econômicos para diversos estados brasileiros” é incorreta por apresentar conteúdo que não está em nenhum trecho do texto. O texto não desenvolve qualquer argumento favorável ao desmatamento, tampouco menciona benefícios econômicos decorrentes da prática.

A opção “Desenvolve uma análise predominantemente histórica, com foco exclusivo nas variações de desmatamento entre os anos de 2021 e 2025” está incorreta. Embora haja menções pontuais a anos anteriores (como 2021 e 2024), não há desenvolvimento histórico nem foco exclusivo nessa abordagem. Esses dados são meramente comparativos, utilizados para contextualizar o aumento atual do desmatamento, e não constituem o eixo central da organização do texto.

A opção “Parte da análise das causas estruturais do desmatamento para, ao final, apresentar dados estatísticos que ilustram os impactos mais recentes” também está inadequada. Essa alternativa inverte a real progressão do texto, que não se inicia com causas estruturais, mas sim com a apresentação objetiva de dados atuais sobre o desmatamento. As causas — como a aprovação do PL 2159/2021, os efeitos climáticos e os incêndios — são introduzidas posteriormente, como elementos explicativos, e não como ponto de partida da exposição. Além disso, os dados quantitativos não aparecem apenas no final, mas também são retomados ao longo do texto para reforçar os impactos observados. Portanto, essa alternativa descreve uma estrutura que não corresponde à sequência efetiva das ideias desenvolvidas no texto.

Diante do exposto, a alternativa mantida no gabarito reflete com exatidão a organização lógica e a sequência argumentativa do texto, sendo improcedentes os pedidos de anulação ou alteração do gabarito.



### Questão nº 06 – LÍNGUA PORTUGUESA

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** Após análise criteriosa dos recursos apresentados, reafirma-se a correção do gabarito preliminar, que aponta a locução “uma vez que” como expressão que estabelece uma relação causal no enunciado. A locução conjuntiva “uma vez que” é, conforme a norma culta da língua portuguesa e gramáticas consolidadas, uma conjunção causal, usada para indicar causa ou motivo. No contexto da frase apresentada — “a aprovação do PL 2159/2021 do Licenciamento Ambiental, também chamado popularmente de PL do Desmatamento, é muito grave, uma vez que não leva em consideração a crise climática” — fica evidente que a oração introduzida pela locução justifica a gravidade da aprovação, isto é, estabelece uma relação de causa clara e objetiva.

Importante destacar que, gramaticalmente, “uma vez que” não funciona como conjunção adversativa ou concessiva, categorias que expressam oposição ou contraste. Para que uma conjunção indique oposição, como “mas”, “porém” ou “entretanto”, há necessidade de termos elementos explícitos que expressem esse contraste, o que não ocorre na frase em questão. A locução “uma vez que” não possui essa função semântica e nem pode ser substituída por conjunções que expressem oposição sem comprometer o sentido original.

Além disso, a presença da expressão “também chamado popularmente de PL do Desmatamento” constitui uma explicação adicional e não modifica a relação lógica entre as orações. Essa expressão reforça a crítica e serve como contexto para a afirmação da gravidade, confirmando a relação causal e não um contraste ou oposição entre as ideias.

Dessa forma, não há fundamentação gramatical ou contextual para admitir a interpretação da locução “uma vez que” como conjunção que marque oposição no trecho analisado. A alegação de ambiguidade nesse sentido não se sustenta diante da função normativa e semântica da expressão, que é claramente causal.

Portanto, a solicitação de anulação ou reformulação da questão deve ser indeferida, pois a interpretação correta da locução é única e compatível com o uso formal e acadêmico da língua portuguesa, conforme evidenciado.

### Questão nº 07 – LÍNGUA PORTUGUESA

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “C”**

**Julgamento:** Após criteriosa análise dos recursos interpostos, a banca examinadora mantém o gabarito preliminar da questão que trata da classificação gramatical do vocábulo “apenas” na frase: “O resultado ficou abaixo apenas do recorde de 1.390 km<sup>2</sup>, registrado em maio de 2021.”. Conforme amplamente reconhecido pelas gramáticas normativas da língua portuguesa, o vocábulo “apenas”, no contexto apresentado, atua de forma clara como advérbio de exclusão, com sentido equivalente a “somente”. Nesse uso, modifica o termo “do recorde”, restringindo o alcance da comparação feita na oração. Trata-se, portanto, de um uso inequívoco e sem margem para ambiguidade quanto à sua classificação gramatical.

Embora seja verdade que, em outros contextos da língua, “apenas” possa funcionar como conjunção temporal, essa possibilidade está completamente afastada no contexto apresentado pela questão, em que não há nenhuma estrutura sintática que introduza oração subordinada temporal nem que permita tal interpretação. A frase em questão contém uma oração simples, de natureza afirmativa e comparativa, e não há qualquer marca de subordinação temporal que sustente outra leitura.

Para fins de contraste, vejamos um exemplo em que “apenas” de fato atua como conjunção temporal: “A criança começou a chorar apenas a mãe saiu de perto.” Nesse caso, “apenas” equivale a “assim que” ou “logo que” e atua como conjunção temporal. Não é esse, no entanto, o caso da frase analisada na questão, cuja estrutura e sentido são completamente distintos.



Os recursos apresentados buscam fundamentar sua tese na polissemia da palavra “apenas”, desconsiderando que a questão forneceu um contexto claro, suficiente e específico, e que a análise da classe gramatical deve ser feita com base no uso do termo na frase apresentada, não em outros contextos possíveis da língua.

Ademais, é incorreto afirmar que o enunciado da questão é genérico ou omissivo. O comando é objetivo ao apresentar a frase e solicitar a identificação da classe gramatical da palavra “apenas” naquele contexto específico. A própria formulação da questão e a presença da frase em análise exigem que o candidato avalie o emprego da palavra dentro daquele enunciado, como é padrão em provas de língua portuguesa. Ressalta-se também que não há ambiguidade linguística nem obscuridade textual na questão que justifique anulação. Não se trata de vocábulo descontextualizado ou de frase mal formulada, mas de enunciado completo, gramaticalmente coerente, e cujo termo em questão possui função gramatical única e inequívoca dentro dele.

Portanto, os recursos apresentados não procedem e devem ser indeferidos integralmente. O gabarito permanece correto conforme os fundamentos gramaticais consolidados da língua portuguesa.

### Questão nº 11 – RACIOCÍNIO LÓGICO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** A questão cita que existe um conjunto W de seis elementos, os quais são:

1º: 6

2º: o dobro de 6: 12

3º: o dobro do 2º, ou seja, dobro de 12: 24

4º: o triplo do 1º, ou seja, triplo de 6: 18

5º: a metade do 4º, ou seja, a metade de 18: 9

6º: o primeiro somado ao segundo, ou seja: 6 mais 12: 18

Assim,  $W = \{6, 12, 24, 18, 9, 18\}$

Também é citado que existe um conjunto T com dois elementos:

1º: o igual a um quarto do terceiro termo de W: um quarto de 24:  $24/4 = 6$

2º: a metade do sexto termo de W: metade de 18: 9

Assim,  $Y = \{6, 9\}$

Cita-se que Y é subtraído de W:  $W - Y = \{6, 12, 24, 18, 9, 18\} - \{6, 9\} = \{12, 24, 18, 18\}$

Importante que a questão cita que elementos repetidos devem ser mantidos, ou seja, o conjunto resultante da subtração “W - Y” permanece com dois elementos ‘18’.

*Tem-se, então, a análise as assertivas:*

I. “O conjunto resultante da operação possui quatro termos, sendo que existem ao menos dois elementos que, quando considerados entre si, um é o dobro do outro.” - De fato, o conjunto resultante tem quatro termos, e existe um termo que é dobro de outro, ou seja, 24 é o dobro de 12. **Então, I está correta.**

II. “A menor diferença possível entre dois dos elementos desse conjunto resultante da operação é 6.” - Considerando que existem, por exemplo, dois elementos 18, a diferença ‘18-18’ resulta em zero, que já menor do que 6. Zero é um número, não há como se considerar “nulo”. A diferença entre os elementos 18 e 18 é zero. **Assim, II está incorreta.**

### Questão nº 12 – RACIOCÍNIO LÓGICO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**



**Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** A questão apresenta duas formas geométricas: *Primeira imagem:* Existe um número identificando um lado (1), sendo que a forma geométrica é o pentágono, que possui cinco lados (5), e o ponto preto está localizado no quinto lado em ordem horária, considerando o lado que tem número 1 como primeiro (5). Assim o código é 1-5-5. *Segunda imagem:* Existe um número identificando um lado (1), sendo que a forma geométrica é o octógono, que possui oito lados (8), e o ponto preto está localizado no quinto lado em ordem horária, considerando o lado que tem número 1 como primeiro (4). Assim o código é 1-8-5.

Por fim, a imagem proposta também tem um número identificando um lado (1), sendo que a forma geométrica é o dodecágono, que possui doze lados (12), e o ponto preto está localizado no sexto lado em ordem horária, considerando o lado que tem número 1 como primeiro (6). Assim o código é 1-12-6.

Não poderia ser anti-horário, por exemplo, visto que, nesse caso, a segunda parte da primeira imagem seria ‘-2-’, e não 5.

### Questão nº 20 – RACIOCÍNIO LÓGICO

**Resultado da análise: DEFERIDO.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “Anulada” / Prova tipo B “Anulada” / Prova tipo C “Anulada” / Prova tipo D “Anulada”**

**Julgamento:** A questão apresenta uma ambiguidade relevante em seu enunciado, que compromete a interpretação objetiva da situação descrita. Ao afirmar que "a loja E está localizada exatamente entre o Norte e o Oeste, a mesma distância de ambas", o texto permite duas interpretações distintas: (i) que a loja E está situada na direção noroeste, ou seja, a igual distância da origem em relação aos eixos Norte (positivo de y) e Oeste (negativo de x), interpretação geométrica com base no plano cartesiano; ou (ii) que a loja E está equidistante dos pontos onde se localizam outras lojas, como a loja A (ao Norte) e a loja D (ao Oeste), o que indicaria uma posição intermediária entre dois pontos fixos, e não entre direções. Essa duplicidade de sentido torna a resolução dependente da interpretação adotada pelo candidato, violando o princípio da objetividade que deve reger as avaliações. Diante disso, a falta de clareza e a ambiguidade do enunciado justificam a anulação da questão.

### Questão nº 22 – INFORMÁTICA BÁSICA

**Resultado da análise: DEFERIDO.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “Anulada” / Prova tipo B “Anulada” / Prova tipo C “Anulada” / Prova tipo D “Anulada”**

**Julgamento:** A questão apresenta problemas nas afirmativas III e IV. A afirmativa III afirma, de forma genérica e equivocada, que os planos do Google One “não são compatíveis” com o armazenamento de documentos confidenciais por entidades públicas, o que não é tecnicamente correto. A compatibilidade com a LGPD depende das condições contratuais e de segurança adotadas, não havendo vedação legal expressa. Já a afirmativa IV generaliza ao sugerir que o uso do Google Drive por órgãos públicos deve se limitar a compartilhamento temporário, desconsiderando que, com os requisitos legais atendidos, o uso institucional da nuvem pode ser legítimo. Diante da redação imprecisa da afirmativa III e da inconsistência técnica da afirmativa IV, a questão admite múltiplas interpretações plausíveis, o que fere o princípio da objetividade e compromete a isonomia do certame. Assim, a solução mais justa e tecnicamente correta é a anulação da questão, conforme sustentado de forma sólida nos recursos apresentados.

### Questão nº 23 – INFORMÁTICA BÁSICA

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “D”**

**Julgamento:** Cumpre esclarecer que a alternativa que responde a questão, ao afirmar que “silenciar outros participantes” não é função disponível para quem assume a função de participante no Microsoft Teams, está de acordo com as funcionalidades oficiais da plataforma.



No contexto técnico do Microsoft Teams, o termo “silenciar outros participantes” refere-se inequivocamente à ação de desabilitar o microfone de outro usuário, de forma que este fique mudo para todos os participantes da reunião, e não apenas no dispositivo individual de quem está assistindo. Esta é uma prerrogativa exclusiva dos organizadores, coorganizadores e apresentadores, conforme consta na documentação oficial da ferramenta.

O ato de o participante ajustar o volume ou até “mutar” localmente o áudio recebido em seu dispositivo é um controle individual de reprodução, e não configura a função de “silenciar outro participante” no sentido da administração da reunião. A questão em nenhum momento induziu a ambiguidade apontada, uma vez que, no âmbito do Microsoft Teams e em linguagem corrente em ambientes corporativos e acadêmicos de videoconferência, “silenciar outro participante” sempre se refere ao ato administrativo da reunião e não ao controle de áudio no aparelho pessoal. Portanto, a alternativa correta é a que aponta que não é função disponível ao participante silenciar outros participantes.

### Questão nº 25 – INFORMÁTICA BÁSICA

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** Apenas 3 dos itens estão corretos, visto que o item III apresenta uma informação falsa. O *Antispyware* é especializado em detectar e remover *spywares* (programas espíões que coletam dados sem consentimento), e não em monitorar invasões diretas de hackers em tempo real. Quem executa a função de impedir acessos externos é o firewall, e não o *antispyware*.

O enunciado da questão apresenta-se claro, objetivo e em conformidade com os conceitos amplamente aceitos e consolidados na área de Tecnologia da Informação e Segurança da Informação. A questão avaliada trata de funções e características de diferentes tipos de softwares de segurança, trazendo afirmações compatíveis com definições e atribuições usualmente reconhecidas, conforme fontes oficiais e materiais técnicos de referência.

Não se identificaram ambiguidades, impropriedades técnicas ou formulações que desrespeitem o conteúdo programático previsto no edital. O item que trata especificamente de softwares destinados ao monitoramento e bloqueio de invasões externas apresenta conteúdo compatível com a função do software indicado, distinguindo corretamente suas atribuições no contexto da segurança da informação.

### Questão nº 27 – INFORMÁTICA BÁSICA

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “A”**

**Julgamento:** O edital prevê como conteúdo programático a “*Criação e personalização de gráficos: coluna, linha, pizza, barras, dispersão, etc.*”, o que abrange, necessariamente, a compreensão dos usos mais adequados de cada tipo de gráfico, já que criar e personalizar gráficos no Excel envolve não apenas a execução técnica, mas também a escolha correta do tipo de gráfico em função da natureza dos dados. Assim, espera-se do candidato não apenas a familiaridade com as ferramentas, mas também o entendimento de qual gráfico utilizar para determinada finalidade, o que está diretamente relacionado ao conteúdo cobrado. No caso da questão apresentada, a alternativa “O gráfico de linha é o mais indicado, pois evidencia a evolução dos dados ao longo do tempo; o gráfico de pizza não é adequado, pois é utilizado apenas para representar partes de um todo em um único instante.” está correta ao afirmar que o gráfico de linha é o mais adequado para exibir evoluções ao longo do tempo, especialmente em séries temporais com múltiplas categorias (no caso, quatro produtos analisados ao longo de seis meses). Este tipo de gráfico permite comparar comportamentos, identificar tendências de crescimento ou queda e observar o desempenho relativo de cada produto mês a mês. Ao mesmo tempo, a opção corretamente descarta o gráfico de pizza, que é inadequado para essa análise, pois sua função é representar partes de um todo em um único momento, sem a possibilidade de demonstrar variações temporais ou comparações entre múltiplas séries de dados.



### Questão nº 29 – INFORMÁTICA BÁSICA

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “C”

**Julgamento:** A alternativa “Compartilhar o documento usando a opção “Compartilhar”, definindo a permissão como “Editor”, o que permitirá que eles editem o conteúdo diretamente, além de colaborar em tempo real.” descreve de forma direta e correta o procedimento mais apropriado e completo para que outras pessoas possam editar e colaborar em tempo real em um documento do Google Docs. Este é o procedimento oficialmente documentado pelo Google e amplamente utilizado por usuários da plataforma. Ao clicar em “Compartilhar”, o usuário tem duas possibilidades:

- 1) Adicionar manualmente os e-mails dos participantes e conceder a eles a permissão de “Editor”;
- 2) Gerar um link com permissão de edição, alterando o modo de acesso para “Qualquer pessoa com o link” → “Editor”.

Em ambos os casos, a essência do que a alternativa “Compartilhar o documento usando a opção “Compartilhar”, definindo a permissão como “Editor”, o que permitirá que eles editem o conteúdo diretamente, além de colaborar em tempo real.” afirma permanece correta, clara e objetiva, sendo o método mais adequado para permitir colaboração em tempo real.

O recurso argumenta que a alternativa “Salvar o documento em algum local dentro do Google Drive. Em seguida, clicar com o botão direito do mouse sobre o documento que se deseja compartilhar, clicando na opção “Compartilhar” e selecionando a opção “Copiar link”. Esse link deverá ser enviado para todos os colegas que poderão editar o texto simultaneamente.” seria correta por descrever o uso do botão direito no Google Drive e envio de link. No entanto, essa alternativa é tecnicamente imprecisa. Ela afirma que basta copiar o link e enviá-lo, sem mencionar a necessidade de alterar a permissão para “Editor”. O compartilhamento via link, por padrão, não concede automaticamente acesso como editor; ele depende da configuração prévia da permissão. Além disso, o enunciado exige que os colegas possam editar em tempo real, o que não está garantido apenas ao “copiar o link”. Se o link estiver com a permissão “Somente leitura” ou “Comentador”, o objetivo da questão não será alcançado. Ao omitir a etapa crítica de configuração da permissão, a alternativa se torna incompleta e passível de interpretação errada, o que a invalida como correta.

### Questão nº 38 – LEGISLAÇÃO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “B”

**Julgamento:** A questão em debate foi elaborada com fundamento direto e expresso na Lei Orgânica do Município de Cariacica, a qual estava prevista no conteúdo programático do edital e, portanto, deveria ser integralmente conhecida pelos candidatos. O enunciado da questão faz referência explícita a essa norma como base legal.

No tocante à assertiva que trata da motivação dos atos administrativos, a Lei Orgânica do Município de Cariacica, em seu Art. 108, dispõe de forma clara e objetiva que:

*“A explicação das razões de fato e de direito será condição de validade dos atos administrativos expedidos pelos órgãos da administração dos poderes municipais, excetuados aqueles cuja motivação a lei reserve à discricionariedade da autoridade administrativa, que, todavia, fica vinculada aos motivos, na hipótese de os enunciar.”*

Logo, a assertiva impugnada, ao afirmar que a explicação das razões de fato e de direito é condição de validade incluindo aqueles cuja motivação a lei reserve à discricionariedade da autoridade administrativa, contraria o texto legal. A Lei Orgânica não exige motivação nesses casos, salvo quando o próprio administrador decidir enunciar os motivos, hipótese em que se vincula a eles.

Assim, não há que se falar em ambiguidade, vício de redação ou necessidade de anulação, uma vez que a alternativa incorreta está claramente identificada pela incompatibilidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, norma expressamente prevista no edital e aplicável ao caso.



### Questão nº 43 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **DEFERIDO**.

Alternativa correta: Prova tipo A “Anulada” / Prova tipo B “Anulada” / Prova tipo C “Anulada” / Prova tipo D “Anulada”

**Julgamento:** Apenas a assertiva III da questão está correta, conforme interpretação compatível com o Código de Obras de Cariacica (Lei Municipal nº 5.732/2017) e com o Decreto Municipal nº 137/2019, ambos expressamente indicados no edital do concurso. No entanto, nenhuma das alternativas apresentadas corresponde exclusivamente à assertiva III, o que torna a questão tecnicamente inválida. Essa falha configura um vício estrutural, pois não há alternativa correta entre as opções fornecidas. Tal equívoco compromete a validade da questão e viola os princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao edital, gerando insegurança jurídica e prejuízo aos candidatos. Diante disso, por ausência de alternativa correta e por incompatibilidade com a legislação municipal, com o intuito de manter a legalidade do concurso e a isonomia entre os candidatos, optamos, pois pela anulação da questão.

### Questão nº 47 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “C”

**Julgamento:** Os atos administrativos podem ser classificados quanto à sua composição interna de acordo com o número de órgãos ou entidades envolvidos em sua formação. Um ato simples é aquele que resulta da manifestação de vontade de um único órgão, seja ele de forma individual (singular), colegiada ou impessoal, sem a necessidade da colaboração de outros órgãos.

As demais alternativas apresentam conceitos incorretos:

- Fala sobre atos simples, mas com a ideia de manifestação de mais de um órgão, o que caracteriza atos complexos ou compostos, não simples.
- A descrição de atos complexos como de "manifestação sequencial proveniente de um único órgão" está equivocada, pois um ato complexo envolve mais de um órgão e não se dá de forma sequencial.
- Confunde os conceitos de ato composto, que ocorre com a colaboração de mais de um órgão, mas não de forma simultânea.

Portanto, ratifica-se o gabarito, uma vez que a questão está em conformidade com os preceitos legais e doutrinários, levando em conta a definição e os elementos constitucionais envolvidos. A questão foi corretamente elaborada, respeitando os fundamentos teóricos e normativos aplicáveis.

### Questão nº 48 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “A”

**Julgamento:** O tema abordado na questão — incluindo o uso de interdição como medida cautelar no exercício do poder de polícia, ainda que verbal em situações de risco grave e iminente — insere-se no campo do Direito Administrativo e da prática fiscalizatória, ambos expressamente previstos no conteúdo programático. Trata-se de conteúdo inerente ao exercício das funções do cargo de Fiscal Municipal de Obras, cujo domínio se mostra necessário para a atuação em conformidade com as atribuições legais e regulamentares da função. Portanto, não há que se falar em extrapolação ao edital ou em inclusão de matéria estranha ao conteúdo programático, inexistindo fundamento para a anulação pleiteada.

### Questão nº 50 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “D”



**Julgamento:** O gabarito preliminar já indicou como correta a alternativa que apresenta a sequência V-F-F, visto que, conforme a Lei nº 6.002/2019:

- A primeira afirmação está correta, sendo uma literalidade do disposto no artigo 2º e seus incisos.
- A afirmação “Antes da aprovação do projeto e para o início da execução da obra, o órgão responsável deverá anexar ao processo de aprovação a ART ou RRT Responsabilidade Técnica pela Execução da Obra e a Declaração de responsabilidade pela execução de obras” contraria o disposto no § 2º do artigo 2º, considerando que a lei versa dispõe que é “após” a aprovação do projeto que deve ocorrer a anexação.
- A afirmação “A certidão detalhada, Habite-se e/ou aceitação de obras para as obras públicas previstas nesta Lei serão emitidas pela SEMDEC após a conclusão da obra e vistoria fiscal que confirme a conclusão parcial, sendo necessário que o órgão solicitante apresente, entre outros, o termo de recebimento definitivo da obra expedido pelo órgão executor” contraria o disposto no artigo 3º, considerando que a lei dispõe sobre a emissão dos referidos documentos após a conclusão da obra, e não sua conclusão ‘parcial’.

### Questão nº 56 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “C”**

**Julgamento:** A questão e suas alternativas estão plenamente compatíveis com o conteúdo previsto no edital, que especificava Conhecimentos de AutoCAD: Conceitos Básicos, Ferramentas de Desenho, Modificação de Objetos e Impressão e Plotagem.

O uso dos termos em inglês, como Annotation Scale, não implica cobrança de idioma estrangeiro, mas sim a terminologia técnica própria do AutoCAD, ferramenta que, por padrão internacional e em suas versões amplamente utilizadas no mercado (inclusive na administração pública), adota tais nomenclaturas. Ressalta-se que o AutoCAD, mesmo em versões localizadas para o português, mantém esses comandos e ferramentas com denominações consagradas em inglês, sendo de conhecimento básico e necessário para o profissional da área e para o exercício das atribuições do cargo.

Ademais, a questão exigiu apenas o reconhecimento de funcionalidade da ferramenta, no contexto de conceitos básicos, modificação de objetos e plotagem, conforme previsto no conteúdo programático. Não se exigiu do candidato tradução ou conhecimento da língua inglesa, mas sim o domínio técnico do software conforme praticado no ambiente profissional.

Portanto, não há fundamento para anulação da questão.

### Questão nº 57 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** A questão propôs identificar o recurso do QGIS que permite realizar análises matemáticas entre camadas vetoriais, combinando atributos e gerando novos arquivos. No contexto do QGIS e da linguagem técnica amplamente utilizada na área, é correto e comum referir-se à funcionalidade como “Geoprocessamento – Interseção”, expressão que indica claramente o caminho e o tipo de operação a ser realizada: a ferramenta Interseção, localizada dentro do grupo de ferramentas de Geoprocessamento no menu do QGIS. Ainda que o nome estrito da ferramenta no menu seja apenas “Interseção”, o enunciado da questão, ao utilizar a expressão “Geoprocessamento – Interseção”, está perfeitamente alinhado à terminologia prática e ao modo como o usuário acessa a função no QGIS, não gerando confusão ou prejuízo para os candidatos. O edital previa expressamente o conhecimento de conceitos básicos e ferramentas de desenho, modificação, impressão e ferramentas de geoprocessamento, e o uso dessa nomenclatura está em consonância com o conteúdo esperado. Assim, não há qualquer imprecisão ou ambiguidade que justifique a anulação da questão.



### Questão nº 58 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “B”

**Julgamento:** A alternativa considerada correta no gabarito preliminar está plenamente alinhada ao disposto no Código de Obras do Município de Cariacica/ES, especialmente no Art. 23, § 3º, que lista os documentos exigidos para a solicitação da Carta de Habite-se, incluindo projeto arquitetônico aprovado, última licença de obra, alvará do Corpo de Bombeiros, certidão de conformidade das instalações hidrossanitárias, entre outros. Ou seja, a alternativa indicada como correta reflete com precisão o texto normativo e o conjunto de documentos previstos.

Em relação ao argumento de que “nenhuma edificação poderá ser ocupada sem a emissão da Carta de Habite-se e licença ambiental correspondente”, observa-se que o próprio Código de Obras (Art. 23, § 2º) prevê expressamente exceção para habitações unifamiliares, que podem ser ocupadas a título precário durante a execução das obras, desde que garantidas as condições de segurança pelo responsável técnico. Assim, não se pode afirmar que nenhuma edificação, sem exceção, possa ser ocupada antes da emissão do Habite-se, motivo pelo qual tal alternativa não poderia ser considerada correta.

Por fim, ressalta-se que o Código de Obras realmente menciona, no Art. 25, II, o critério de divergência igual ou inferior a 5% entre as metragens lineares e/ou quadradas, não sendo considerado projeto em desacordo nessas condições, desde que respeitada a legislação e os limites da área e do perímetro da construção.

Diante do exposto, não há motivo para alteração do gabarito, uma vez que a alternativa considerada correta no gabarito preliminar está em conformidade com a legislação municipal aplicável.

### Cargo: FISCAL MUNICIPAL DE POSTURAS

Nº de inscrição	Nome do(a) Candidato(a)
000413	AMANDA KOHLER
000102	HAYALLA DALEPRANE FIOROTTI
000429	INGRID CORDEIRO DUTRA
000426	LEONARDO BREDAS DE CARVALHO PERRONE
000224	MONICA JACQUELINE LIMA FONTINELLE

### Questão nº 11 – RACIOCÍNIO LÓGICO

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “B”

**Julgamento:** A questão cita que existe um conjunto W de seis elementos, os quais são:

1º: 6

2º: o dobro de 6: 12

3º: o dobro do 2º, ou seja, dobro de 12: 24

4º: o triplo do 1º, ou seja, triplo de 6: 18

5º: a metade do 4º, ou seja, a metade de 18: 9

6º: o primeiro somado ao segundo, ou seja: 6 mais 12: 18

Assim,  $W = \{6, 12, 24, 18, 9, 18\}$

Também é citado que existe um conjunto T com dois elementos:

1º: o igual a um quarto do terceiro termo de W: um quarto de 24:  $24/4 = 6$

2º: a metade do sexto termo de W: metade de 18: 9



Assim,  $Y = \{6, 9\}$

Cita-se que  $Y$  é subtraído de  $W$ :  $W - F = \{6, 12, 24, 18, 9, 18\} - \{6, 9\} = \{12, 24, 18, 18\}$

Importante que a questão cita que elementos repetidos devem ser mantidos, ou seja, o conjunto resultante da subtração " $W - F$ " permanece com dois elementos '18'.

Tem-se, então, a análise as assertivas:

I. "O conjunto resultante da operação possui quatro termos, sendo que existem ao menos dois elementos que, quando considerados entre si, um é o dobro do outro." - De fato, o conjunto resultante tem quatro termos, e existe um termo que é dobro de outro, ou seja, 24 é o dobro de 12. **Então, I está correta.**

II. "A menor diferença possível entre dois dos elementos desse conjunto resultante da operação é 6." - Considerando que existem, por exemplo, dois elementos 18, a diferença '18-18' resulta em zero, que já menor do que 6. Zero é um número, não há como se considerar "nulo". A diferença entre os elementos 18 e 18 é zero. **Assim, II está incorreta.**

### Questão nº 20 – RACIOCÍNIO LÓGICO

Resultado da análise: **DEFERIDO.**

Alternativa correta: Prova tipo A “Anulada” / Prova tipo B “Anulada” / Prova tipo C “Anulada” / Prova tipo D “Anulada”

**Julgamento:** A questão apresenta uma ambiguidade relevante em seu enunciado, que compromete a interpretação objetiva da situação descrita. Ao afirmar que "a loja E está localizada exatamente entre o Norte e o Oeste, a mesma distância de ambas", o texto permite duas interpretações distintas: (i) que a loja E está situada na direção noroeste, ou seja, a igual distância da origem em relação aos eixos Norte (positivo de  $y$ ) e Oeste (negativo de  $x$ ), interpretação geométrica com base no plano cartesiano; ou (ii) que a loja E está equidistante dos pontos onde se localizam outras lojas, como a loja A (ao Norte) e a loja D (ao Oeste), o que indicaria uma posição intermediária entre dois pontos fixos, e não entre direções. Essa duplicidade de sentido torna a resolução dependente da interpretação adotada pelo candidato, violando o princípio da objetividade que deve reger as avaliações. Diante disso, a falta de clareza e a ambiguidade do enunciado justificam a anulação da questão.

### Questão nº 22 – INFORMÁTICA BÁSICA

Resultado da análise: **DEFERIDO.**

Alternativa correta: Prova tipo A “Anulada” / Prova tipo B “Anulada” / Prova tipo C “Anulada” / Prova tipo D “Anulada”

**Julgamento:** A questão apresenta problemas nas afirmativas III e IV. A afirmativa III afirma, de forma genérica e equivocada, que os planos do Google One “não são compatíveis” com o armazenamento de documentos confidenciais por entidades públicas, o que não é tecnicamente correto. A compatibilidade com a LGPD depende das condições contratuais e de segurança adotadas, não havendo vedação legal expressa. Já a afirmativa IV generaliza ao sugerir que o uso do Google Drive por órgãos públicos deve se limitar a compartilhamento temporário, desconsiderando que, com os requisitos legais atendidos, o uso institucional da nuvem pode ser legítimo. Diante da redação imprecisa da afirmativa III e da inconsistência técnica da afirmativa IV, a questão admite múltiplas interpretações plausíveis, o que fere o princípio da objetividade e compromete a isonomia do certame. Assim, a solução mais justa e tecnicamente correta é a anulação da questão, conforme sustentado de forma sólida nos recursos apresentados.

### Questão nº 25 – INFORMÁTICA BÁSICA

Resultado da análise: **INDEFERIDO. Gabarito mantido.**



**Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “A”**

**Julgamento:** Apenas 3 dos itens estão corretos, visto que o item III apresenta uma informação falsa. O *Antispyware* é especializado em detectar e remover *spywares* (programas espiões que coletam dados sem consentimento), e não em monitorar invasões diretas de hackers em tempo real. Quem executa a função de impedir acessos externos é o firewall, e não o *antispyware*.

O enunciado da questão apresenta-se claro, objetivo e em conformidade com os conceitos amplamente aceitos e consolidados na área de Tecnologia da Informação e Segurança da Informação. A questão avaliada trata de funções e características de diferentes tipos de softwares de segurança, trazendo afirmações compatíveis com definições e atribuições usualmente reconhecidas, conforme fontes oficiais e materiais técnicos de referência.

Não se identificaram ambiguidades, impropriedades técnicas ou formulações que desrespeitem o conteúdo programático previsto no edital. O item que trata especificamente de softwares destinados ao monitoramento e bloqueio de invasões externas apresenta conteúdo compatível com a função do software indicado, distinguindo corretamente suas atribuições no contexto da segurança da informação.

### Questão nº 35 – LEGISLAÇÃO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “D”**

**Julgamento:** A alternativa apontada como correta pela banca encontra respaldo direto no Art. 116, § 6º, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Cariacica, o qual dispõe, de forma clara e objetiva, que os agentes públicos observarão o prazo de quinze dias para a expedição de certidões. O texto legal não apresenta qualquer ambiguidade quanto ao caráter desse prazo, que é o limite máximo para o cumprimento do dever administrativo, sendo prática comum na redação de normas administrativas a fixação de prazos máximos sem necessidade de expressar novamente tal qualificação.

Quanto ao argumento de que outras legislações (como a Lei nº 9.784/1999 ou a Lei de Acesso à Informação) trariam prazos ou regras complementares, reforça-se que a questão se referiu expressamente ao conteúdo da Lei Orgânica do Município de Cariacica, conforme previsto no edital e na própria formulação do enunciado.

### Questão nº 40 – LEGISLAÇÃO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “D” / Prova tipo D “A”**

**Julgamento:** A questão 40 foi corretamente elaborada, estando totalmente alinhada ao disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988, e suas alterações pelas emendas constitucionais, inclusive a EC nº 103/2019 e EC nº 135/2024.

Ao contrário do alegado no recurso, não há vício técnico ou imprecisão na alternativa correta indicada no gabarito, visto que:

- A primeira assertiva (sobre avaliação de políticas públicas com divulgação de resultados) está correta, conforme o § 16 do art. 37.
- A segunda assertiva (sobre aposentadoria com tempo de contribuição que gera rompimento de vínculo apenas no caso do Regime Geral de Previdência Social) está incorreta, pois o § 14 do art. 37 é claro ao estabelecer que qualquer aposentadoria com tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública — inclusive do RGPS — acarreta o rompimento do vínculo que gerou esse tempo. A assertiva restringe indevidamente a regra ao RGPS.
- A terceira assertiva (sobre readaptação) está correta, em conformidade com o § 13 do art. 37.
- A quarta assertiva (sobre responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público e prestadoras de serviços públicos) está correta, nos termos do § 6º do art. 37.



Portanto, a alternativa indicada no gabarito preliminar — que preenche os parênteses como V – F – V – V — reflete com precisão o conteúdo constitucional. Não há fundamento para a anulação da questão, uma vez que existe, sim, alternativa correta disponível e compatível com o texto normativo.

#### Questão nº 45 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “D”

**Julgamento:** Para que a atuação do fiscal municipal seja válida e compatível com o devido processo legal, é essencial que se observe uma sequência lógica, técnica e juridicamente adequada dos atos administrativos. Essa ordem respeita os princípios da legalidade, da razoabilidade, da ampla defesa e do contraditório, garantindo segurança jurídica ao administrado. O primeiro passo é a “**vistoria**”, ato técnico e material por meio do qual o fiscal constata in loco eventuais irregularidades, como descumprimento de normas de uso do solo, higiene ou organização da feira. Em seguida, ocorrendo a confirmação de irregularidade, deve-se realizar a “**notificação**” do responsável, para que tenha ciência dos fatos e, quando cabível, oportunidade para regularizar a situação dentro de prazo razoável. Não havendo regularização ou tratando-se de infração grave, procede-se à lavratura do “**auto de infração**”, ato formal que inaugura o processo sancionador e dá início ao exercício do contraditório. Em casos mais severos ou de continuidade da infração, pode-se impor o “**embargo**” como medida cautelar, visando a cessação imediata da atividade irregular, sempre assegurado o direito à ampla defesa. Diante disso, a alternativa “*Vistoria, Notificação, Auto de Infração, Embargo*” representa a sequência que melhor reflete a ordem correta dos atos administrativos no âmbito da fiscalização municipal. As demais alternativas apresentam vícios de ordem lógica ou jurídica.

Ambos os recursos interpostos foram analisados à luz da legislação vigente e da lógica administrativa que rege os atos fiscalizatórios. O fato do termo vistoria não se constar como ato administrativo sancionador presente na Lei Complementar nº 130/2022, tal circunstância não exclui sua necessidade como etapa preparatória indispensável. A vistoria é um ato técnico de verificação que fundamenta os demais procedimentos administrativos, como a notificação e o auto de infração. Além disso, o enunciado da questão não afirma expressamente que a vistoria já havia sido realizada, apenas que o fiscal identificou bancas em desacordo, o que pode decorrer de vistoria em curso. Ainda que se considere que a vistoria já tenha ocorrido previamente à sequência pedida pela questão, a alternativa “*Vistoria, Notificação, Auto de Infração, Embargo*” que a inclui como ponto de partida, já contempla corretamente os atos subsequentes de forma lógica e técnica, conforme exige o procedimento administrativo fiscalizatório. A ausência do ato de cassação não invalida a alternativa, pois se trata de medida eventual, dependente da conduta do infrator, e não obrigatória à regularização da situação. Assim, mantém-se o gabarito preliminar como correto, sendo indeferidos ambos os recursos por não apresentarem fundamentos suficientes para alteração da resposta da questão.

#### Questão nº 49 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “A”

**Julgamento:** O recurso apresentado sustenta que o atributo da tipicidade seria exclusivo dos atos administrativos unilaterais, razão pela qual a assertiva III deveria ser considerada incorreta. A argumentação, contudo, parte de uma interpretação restritiva e superada do conceito de tipicidade, não condizente com a doutrina administrativa contemporânea e tampouco com o regime jurídico aplicável aos contratos administrativos.

A assertiva III afirma: “*A tipicidade aplica-se também aos atos bilaterais, como os contratos administrativos, exigindo que respeitem as formas e tipos previstos em lei.*”



Essa afirmativa está correta, pois expressa com precisão a exigência de que os contratos administrativos, embora bilaterais, estejam submetidos à tipificação legal, o que significa dizer que devem observar os modelos, modalidades e formalidades previstas na legislação, especialmente na Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A doutrina majoritária reconhece que os atributos dos atos administrativos, como a tipicidade, não se limitam a atos unilaterais. Conforme destaca Maria Sylvania Zanella Di Pietro, a tipicidade implica que “o ato administrativo deve corresponder a uma das figuras previstas previamente na lei”, e isso se aplica inclusive aos contratos administrativos, os quais não são formas contratuais abertas, mas estritamente vinculadas aos tipos legais estabelecidos.

Além disso, como sustenta Irene Nohara, embora a tipicidade atualmente tenha aplicação *prima facie*, ela continua sendo um elemento estruturante do regime jurídico administrativo. A autora observa que, “regra geral, a Administração não possui discricionariedade para escolher a forma de sua atuação”, sendo vedado, inclusive, substituir sem previsão legal expressa um ato unilateral por um contrato. Isso reforça que a atuação por contrato também é tipificada, e, portanto, submetida ao atributo da tipicidade.

Em resumo, a tipicidade é um princípio que limita a atuação da Administração Pública, tanto em atos unilaterais quanto em atos bilaterais. Nos atos unilaterais, a tipicidade se refere à previsão legal do ato em si. Nos atos bilaterais, a tipicidade se refere à previsão legal do tipo de contrato que pode ser celebrado.

Diante do exposto, verifica-se que todas as três assertivas (I, II e III) estão corretas, sendo improcedente o argumento de exclusividade da tipicidade aos atos unilaterais.

### Questão nº 56 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “D”**

**Julgamento:** A questão está correta em sua formulação e resposta indicada, tendo por base os incisos do parágrafo 1º do artigo 27 da Lei Municipal nº 5.642/2016.

A alternativa “Quando a testada do imóvel for inferior a 10 metros lineares, a área total do anúncio não deverá ultrapassar 15%” é uma literalidade do inciso I, portanto, correta.

A alternativa “Quando a testada do imóvel for igual ou superior a 10 metros lineares e inferior a 100 metros lineares, a área total do anúncio não deverá ultrapassar 40%” é uma literalidade do inciso II, portanto, correta.

A alternativa “Quando o anúncio indicativo for composto apenas de letras, logomarcas ou símbolos grampeados ou pintados na parede, a área total do anúncio será aquela resultante do somatório dos polígonos formados pelas linhas imediatamente externas que contornam cada elemento inserido na fachada.” é uma literalidade do inciso III, portanto correta.

A alternativa “Quando o anúncio indicativo estiver instalado em suportes em forma de totens ou estruturas tubulares, a estrutura e a área total do anúncio deverão estar contidas dentro do lote e não ultrapassar a altura máxima de 3 metros” é uma versão modificada do inciso IV, pois este dispõe que a altura máxima é de 5 metros, e não 3. Assim, é esta alternativa a incorreta e que responde ao solicitado.

### Cargo: FISCAL MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Nº de inscrição	Nome do(a) Candidato(a)
000154	GABRIELA ROSA
000153	JENNIFFER FERNANDES FREITAS
000348	PATRICIA MENÊSES PORTELA

### Questão nº 33 – LEGISLAÇÃO

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**



**Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “A”**

**Julgamento:** Cumpre esclarecer que o gabarito da questão em referência foi corretamente estabelecido de acordo com o disposto na Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021. O dispositivo legal é claro ao afirmar no art. 1º, § 3º que “o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa”. Dessa forma, a alternativa apontada no gabarito está em plena conformidade com o texto legal e com o entendimento atual consolidado na legislação.

Os argumentos apresentados nos recursos, ao indicarem possibilidade de outras formas de responsabilização, como cível ou criminal, ou ao sugerirem ambiguidade quanto ao dolo e à voluntariedade, não afastam o fato de que a questão trata exclusivamente da responsabilização por improbidade administrativa, nos termos estritos da Lei de Improbidade. O legislador reformou o regime da improbidade administrativa para exigir dolo específico, afastando a configuração da improbidade com base apenas na voluntariedade ou em eventual responsabilidade em outras esferas.

Assim, não há ambiguidade, nem erro material no enunciado ou nas alternativas. O gabarito encontra-se correto e alinhado ao conteúdo previsto no edital, especialmente no tema relativo a princípios fundamentais do direito administrativo e atos de improbidade administrativa.

#### Questão nº 43 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “A”**

**Julgamento:** Em análise do recurso interposto tempestivamente, manifesta-se a banca examinadora expondo o seguinte: Um ente federativo é uma unidade política que faz parte de um sistema federativo, onde o poder é dividido entre um governo central e governos regionais ou locais. No Brasil, por exemplo, os estados, municípios e o Distrito Federal são considerados entes federativos. De acordo com o Art. 6º da PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021, a promoção a formação em vigilância da qualidade da água para consumo humano para os profissionais de saúde do SUS é competência dos Entes Federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios, como um todo e não somente de uma das esferas governamentais). Portanto, indefere-se o recurso na íntegra e ratifica-se o gabarito.

#### Questão nº 44 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “C”**

**Julgamento:** Em análise do recurso interposto tempestivamente, manifesta-se a Banca Examinadora expondo o seguinte: Apesar do fato da legislação municipal não trazer o prazo máximo previsto para a interdição cautelar de um estabelecimento, este prazo está previsto na LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977, que traz no parágrafo 4º do artigo 23, § 4º - A interdição do produto e do estabelecimento, como medida cautelar, durará o tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências requeridas, não podendo, em qualquer caso, exceder o prazo de noventa dias, findo qual o produto ou estabelecimento será automaticamente liberado. Portanto, indefere-se o recurso na íntegra e ratifica-se o gabarito.

#### Questão nº 46 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “D” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “D”**

**Julgamento:** Ao analisar a definição legal de insumo farmacêutico prevista na Lei nº 5.991/1973 e a própria definição dada pela ANVISA, observa-se que a alternativa “Droga ou matéria-prima ativa ou complementar de qualquer natureza, destinada ao emprego em



medicamentos, incluindo seus excipientes, quando for o caso, e seus recipientes” está em consonância com a legislação vigente, que inclui os recipientes como parte do insumo farmacêutico, quando estes forem necessários para o acondicionamento e preservação da substância ativa ou excipientes no processo de fabricação de medicamentos.

A Lei nº 5.991/1973, em seu artigo 4º, inciso V, dispõe que insumo farmacêutico é: “*Droga ou matéria-prima ativa ou complementar de qualquer natureza, destinada ao emprego em medicamentos, incluindo seus excipientes, quando for o caso, e seus recipientes.*”

Esse conceito é mais amplo e não se restringe apenas às substâncias ativas ou excipientes, como argumentado no recurso. A legislação em questão explicita que os recipientes são, sim, parte do insumo farmacêutico dentro do contexto de sua utilização na produção de medicamentos. A inclusão dos recipientes se dá em função de sua relevância para a preservação da estabilidade do medicamento e para garantir que o produto chegue de forma segura ao consumidor.

As demais afirmações estão incorretas, vejamos:

- “*Substância ou matéria-prima que tenha a finalidade medicamentosa ou sanitária.*” - Afirmação genérica e incompleta, não abrange excipientes nem recipientes.
- “*Produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico.*” - Refere-se a medicamento, não a insumo.
- “*Estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais.*” - Refere-se a farmácia ou drogaria, não ao conceito de insumo.

Portanto, indefere-se o recurso na íntegra e ratifica-se o gabarito.

#### Questão nº 47 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Resultado da análise: **INDEFERIDO**. Gabarito mantido.

Alternativa correta: Prova tipo A “D” / Prova tipo B “A” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “A”

**Julgamento:** O recurso apresentado sustenta que o atributo da tipicidade seria exclusivo dos atos administrativos unilaterais, razão pela qual a assertiva III deveria ser considerada incorreta. A argumentação, contudo, parte de uma interpretação restritiva e superada do conceito de tipicidade, não condizente com a doutrina administrativa contemporânea e tampouco com o regime jurídico aplicável aos contratos administrativos.

A assertiva III afirma: “*A tipicidade aplica-se também aos atos bilaterais, como os contratos administrativos, exigindo que respeitem as formas e tipos previstos em lei.*”

Essa afirmativa está correta, pois expressa com precisão a exigência de que os contratos administrativos, embora bilaterais, estejam submetidos à tipificação legal, o que significa dizer que devem observar os modelos, modalidades e formalidades previstas na legislação, especialmente na Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

A doutrina majoritária reconhece que os atributos dos atos administrativos, como a tipicidade, não se limitam a atos unilaterais. Conforme destaca Maria Sylvania Zanella Di Pietro, a tipicidade implica que “o ato administrativo deve corresponder a uma das figuras previstas previamente na lei”, e isso se aplica inclusive aos contratos administrativos, os quais não são formas contratuais abertas, mas estritamente vinculadas aos tipos legais estabelecidos.

Além disso, como sustenta Irene Nohara, embora a tipicidade atualmente tenha aplicação *prima facie*, ela continua sendo um elemento estruturante do regime jurídico administrativo. A autora observa que, “regra geral, a Administração não possui discricionariedade para escolher a forma de sua atuação”, sendo vedado, inclusive, substituir sem previsão legal expressa um ato unilateral por um contrato. Isso reforça que a atuação por contrato também é tipificada, e, portanto, submetida ao atributo da tipicidade.



Em resumo, a tipicidade é um princípio que limita a atuação da Administração Pública, tanto em atos unilaterais quanto em atos bilaterais. Nos atos unilaterais, a tipicidade se refere à previsão legal do ato em si. Nos atos bilaterais, a tipicidade se refere à previsão legal do tipo de contrato que pode ser celebrado.

Diante do exposto, verifica-se que todas as três assertivas (I, II e III) estão corretas, sendo improcedente o argumento de exclusividade da tipicidade aos atos unilaterais.

Em relação ao recurso que alega que o tema abordado na questão não integra o conteúdo de conhecimentos específicos do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, esclarecemos que a questão trata de atributos e classificação dos atos administrativos, matéria que está expressamente prevista no conteúdo programático de conhecimentos específicos para referido cargo.

### Questão nº 49 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “C”**

**Julgamento:** A alternativa incorreta, que foi o solicitado no enunciado, na questão é “A aplicação deste princípio vai de encontro à busca pela eficiência e moralidade administrativa, servindo como limitador da discricionariedade do administrador público”. A expressão “vai de encontro” está empregada de forma inadequada no contexto do enunciado. Na Língua Portuguesa, “vai de encontro” significa “contraria” ou “se opõe”. O correto seria dizer que a aplicação do princípio da razoabilidade vai ao encontro da busca pela eficiência e moralidade administrativa, pois o princípio da razoabilidade atua justamente em harmonia com esses valores, como um instrumento que reforça os limites e o controle da atuação administrativa.

Todas as demais alternativas estão corretas ao descreverem adequadamente a função e a natureza do princípio da razoabilidade na Administração Pública.

Ademais, a questão formulada está em perfeita conformidade com os conteúdos previstos no edital, especificamente no tópico de noções básicas de Direito Administrativo, abrangendo os princípios fundamentais da Administração Pública, entre eles a razoabilidade.

### Questão nº 52 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “A” / Prova tipo B “C” / Prova tipo C “A” / Prova tipo D “A”**

**Julgamento:** Tal como constou no enunciado da questão, a mesma tinha por base o Código Sanitário Municipal. Este, é instituído pela Lei nº 6.473/2023 e, conforme seu artigo 18 e respectivos incisos, são isentos das taxas de vigilância sanitária:

- I – Órgãos da administração direta, autarquias e fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público do Município;
- II – Associações, fundações, entidades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo ou religioso que apliquem seus recursos e superávit, integralmente, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais, não remunerem seus dirigentes e não distribuam lucros a qualquer título;
- III – O microempreendedor individual – MEI, na forma do §3º, art. 4º da Lei Complementar nacional nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, e demais beneficiários, na forma da legislação e regulamentos do Município.

Portanto, na questão, apenas as assertivas I e II estão corretas.

### Questão nº 53 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “B” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “C” / Prova tipo D “C”**



**Julgamento:** Conforme constou no enunciado da questão, a mesma teve por base o Código Sanitário do Município. Instituído pela Lei nº 6.473/2023, em seu artigo 14, tem-se que: Considera-se controle sanitário o conjunto das ações desenvolvidas por Autoridade Sanitária, nos limites da lei, com vistas ao monitoramento da qualidade dos serviços, produtos, ambientes, neles incluídos o do trabalho, processos de interesse da saúde para verificação da regularidade de suas condições e de quaisquer mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, abrangendo:

- I – Orientação;
- II – Regulamentação;
- III - Inspeção;
- IV – Fiscalização.

Portanto, a exceção solicitada na questão refere-se à sanção, por não constar no rol de abrangência estipulado pelo artigo 14 do referido Código.

### **Questão nº 55 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Resultado da análise: INDEFERIDO. Gabarito mantido.**

**Alternativa correta: Prova tipo A “C” / Prova tipo B “B” / Prova tipo C “B” / Prova tipo D “B”**

**Julgamento:** Conforme constou no enunciado da questão, a mesma tinha por base o Decreto municipal nº 111/23. E, conforme este, no parágrafo único do artigo 26, temos que:

As agroindústrias de pequeno porte poderão receber o Registro Provisório para comercialização em todo o território municipal, por um período máximo de 2 (dois) anos, desde que atendam aos requisitos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo SIM.

Portanto, 2 anos é a única alternativa que preenche, corretamente, a lacuna da questão.

Cariacica/ES, 01 de julho de 2025

**Instituto de Desenvolvimento Social, Gestão e Tecnologia - IDESG**